



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Coordenadoria de Material e Logística

**PROCESSO N.º 12323/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 053/20**

**INÍCIO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 19/03/2021**

**DATA DO PREGÃO: 06/04/2021, às 10 horas (início da sessão de disputa de preços).**

**Referência de tempo: Horário de Brasília – DF.**

**LOCAL DE ABERTURA:** ambiente eletrônico através do sítio na internet  
<http://www.comprasnet.gov.br>.

**LOCAL PARA AQUISIÇÃO DESTES EDITAL:** Nos sítios <http://www.comprasnet.gov.br> e  
<http://www.trt5.jus.br/licitacoes>.

O **Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região**, para conhecimento dos interessados, torna público, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 1389/2020, que no dia, horário e local acima indicados, fará realizar licitação, mediante a utilização de recursos de tecnologia de informação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO ÚNICO**, para o fim (objeto) e nos termos a seguir mencionados, de acordo com as condições deste Edital e seus anexos, publicados no Diário Oficial da União, Diário da Justiça Eletrônico do TRT - 5ª Região, e observados todos os preceitos de Direito Público, e em especial as normas jurídicas vigentes que regem a matéria.

## **1. DO FUNDAMENTO LEGAL**

O edital da presente licitação pública reger-se-á pelos comandos legais seguintes:

- 1.1** - Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui o Pregão;
- 1.2** - Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.
- 1.3** - Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (Regulamento do Pregão) e suas alterações;
- 1.4** - Decreto nº 3.772, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25/11/2002 -Regulamenta o SICAF;
- 1.5** - Subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores, no que couber - Lei de Licitações;
- 1.6** - Subsidiariamente pela Lei n.º 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor;
- 1.7** - Outras legislações pertinentes e complementares, inclusive a Instrução Normativa nº 5, de 21/07/1995, do extinto MARE, e as Leis Complementares nºs 123, de 14/12/2006, 128, de 19/12/2008, 139/2011, de 10/11/2011 e 147/2014, de 07/08/2014 e Decreto 8.538, de 06/10/2015;
- 1.8** - Decreto nº 6.204, de 05/09/2007 – (Regulamento da LC 123/2006);
- 1.9** - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 (Lei anticorrupção);
- 1.10** - Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 – (Regulamento da Lei anticorrupção);
- 1.11** -Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG (Sustentabilidade ambiental), bem como o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 2ª edição, 2014, aprovado pela Resolução 103, de 25 de maio de 2012, do Conselho Superior

da Justiça do Trabalho;

- 1.12 - Ato TRT5 nº 0302/2015, de 15/06/2015, alterado pelos atos nºs 0328 e 0345/2015, que regulamenta o Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);
- 1.13 - Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;
- 1.14 - Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018;
- 1.15 - Demais exigências deste Edital e seus Anexos.

## 2. DO OBJETO

2.1 O presente pregão destina-se à **contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split e de janela, nas Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região localizadas em Alagoinhas e Feira de Santana**, nos termos e condições constantes deste edital e em conformidade com as especificações e quantitativos do **Anexo I**.

2.1.1 A licitação terá apenas um **grupo**, formado pelos itens indicados na tabela constante do Termo de Referência.

2.1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço do **grupo único**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.2 A elaboração dos trabalhos para a consecução do objeto deste certame deverá ser de primeira linha e obedecer às normas do Código de Defesa do Consumidor, às orientações da ABNT, NBR's e das Concessionárias de Serviços Públicos e as especificações dos fabricantes de materiais, quanto ao seu modo de aplicação e utilização, além da legislação vigente aplicável, tanto Municipal, como Estadual e Federal.

2.3 **Os quantitativos especificados neste Edital poderão ser acrescidos ou reduzidos, em até 25% (vinte e cinco por cento)**, a critério da Administração, dentro dos parâmetros fixados no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

2.3.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

2.4 O orçamento previsto para o objeto desta licitação referente ao exercício de **2021** é de **R\$ 139.277,90 (cento e trinta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa centavos)**. O restante do valor será designado no orçamento de **2022**.

## 3. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 **Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório** deste Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 24 do Regulamento do Pregão.

3.1.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital deverá ser encaminhada, **exclusivamente** por meio eletrônico, para o e-mail [licitacao@trt5.jus.br](mailto:licitacao@trt5.jus.br), **devendo estar em documento devidamente assinado e em formato PDF (portable document format), com resolução máxima de 300 dpi e formatação A4.**

3.1.2 **O documento a ser enviado deverá observar o tamanho máximo de 10 MB (dez megabytes), podendo a parte enviar quantos arquivos se fizerem necessários à ampla**

**e integral defesa de seus interesses**, desde que cada um desses arquivos observe o limite de tamanho máximo fixado acima.

3.1.3 Os documentos produzidos eletronicamente têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração, respondendo por esse ilícito a parte que vier a praticá-lo.

3.1.4 Em caso de arguição de falsidade do documento digitalizado enviado, a solicitação será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

3.1.5 Incumbirá exclusivamente ao licitante zelar pela qualidade dos documentos enviados por meio eletrônico, especialmente quanto à sua legibilidade.

3.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

3.3 Os **pedidos de esclarecimentos ou providências** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [licitacao@trt5.jus.br](mailto:licitacao@trt5.jus.br), até **03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública do Pregão, observando-se o mesmo regime procedimental de encaminhamento da documentação na forma eletrônica, conforme descrito nos subitens acima.**

3.3.1 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através dos sítios do Tribunal ([www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br)), bem como do COMPRASNET (<http://www.comprasnet.gov.br>), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

3.6 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidir sobre a impugnação e/ou responder a pedidos de esclarecimento, de acordo com o § 1º do art. 23 do Decreto nº 10.024/2019, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

## **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas:

5.1.1 **Cadastradas e com registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos termos do Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, bem como do art. 19, I, do Decreto 10.024/2019.

4.1.1.1 As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e a sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública Federal.

4.1.1.2 O cadastramento no SICAF é também condição essencial de participação das microempresas e empresas de pequeno porte, devendo proceder conforme o subitem anterior no caso de ainda não estarem ali cadastradas.

4.1.2 **Que atendam às condições deste edital e seus anexos**, apresentem os documentos nele exigidos e comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a sua habilitação.

4.1.3 **Que estiverem previamente e devidamente credenciados perante o sistema eletrônico do COMPRASNET, através do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja comunicação é feita pela internet.**

4.1.4 **Que manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela habilitação parcial perante o SICAF, e que suas propostas estejam em conformidade com as exigências deste Edital, bem como com o descritivo técnico constante do Termo de Referência (Anexo I).**

4.1.5 **Que não estejam incursas nas sanções de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 do Decreto 10.024/2019, de suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, ou que tenham sido declaradas inidôneas, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da lei 8.666/93.**

4.1.6 **Regularmente estabelecidas no país, vedada a participação do consórcio de empresas e que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou, ainda que independentemente, nomeiem um mesmo representante.**

4.1.7 **Que não estejam em processo de falência ou com falência decretada, em concurso de credores, em dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de sociedade.**

4.1.8 **Que não possuam entre seus sócios servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.**

4.1.9 **Que não tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal.**

4.1.10 **Que não se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.**

4.1.11 **Que não sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).**

4.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 49 do Regulamento do Pregão Eletrônico.

4.3 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou este tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ficará impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

## **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1 O credenciamento é a **condição obrigatória para a formulação de ofertas e lances, negociação de preços, manifestação de intenção de interpor recursos** e todos os demais atos inerentes ao certame.

5.2 No dia, local e horário designados para realização deste certame, antes do início da sessão, a empresa interessada ou seu representante legal já deverá ter procedido ao respectivo credenciamento.

5.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para acesso ao Sistema Eletrônico, no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

5.3.1 O credenciamento somente se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI) ou ao TRT – 5ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3.3 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.4 O credenciamento far-se-á pela apresentação de instrumento público de procuração ou instrumento particular, que contenha expressamente poderes para formular ofertas, dar lances verbais, negociar preços e interpor recursos ou renunciar o direito à sua interposição e praticar, em nome do proponente, todos os demais atos pertinentes ao Pregão Eletrônico, no sítio do COMPRASNET.

5.5 No caso de titular, proprietário, diretor, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, dever-se-á apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la, entendendo-se como tal a cópia do respectivo estatuto ou contrato social, em que estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante.

**5.5.1 A verificação dos poderes mencionados no item acima será realizada com a análise da redação da cláusula que trata da ADMINISTRAÇÃO, constante no estatuto ou contrato social.**

5.6. É vedado a uma só pessoa representar mais de um licitante.

**5.7 O não-credenciamento do proponente ou de seu representante legal constitui fato impeditivo para participação do pregão eletrônico.**

5.8 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5.9 As microempresas e empresas de pequeno porte assim serão credenciadas com o objetivo de exercerem o tratamento diferenciado a elas conferido pela LC 123/2006, **desde que identifiquem no sítio do COMPRASNET o tipo de segmento da empresa: “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”.**

**5.9.1 O licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**

**5.9.2 O exercício desse direito somente poderá ocorrer no momento do credenciamento, sob pena de preclusão.**

**5.9.3 Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica mencionada nos incisos I a XI do §4º do art. 3º da referida lei.**

**5.9.4 A identificação intencional da licitante como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” sem efetivamente se enquadrar como tal, configurará declaração falsa, caracterizando o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções do art. 49 do Decreto 10.024/2019.**

5.10 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>, opção “Acesso Seguro”.

5.11 O licitante deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, declarando, dessa forma, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

## 6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento, por parte dos licitantes, às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos.

6.2 O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, e deverá assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4 As propostas, planilhas e, quando for o caso, seus anexos (vedado qualquer tipo de identificação do licitante quando de suas inserções no sistema), deverão ser formulados e remetidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet, para o sítio do COMPRASNET, obedecidos os prazos estipulados neste instrumento de convocação.

6.4.1 Qualquer identificação prévia do licitante ao registrar sua proposta no sistema será motivo para sua desclassificação.

6.5 Somente através de digitação da senha privativa pelo licitante credenciado no provedor do sistema é que se poderá enviar a **proposta de preços**, que deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo o valor total de cada item licitado, contemplados todos os custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objetos deste certame, em conformidade com o edital, devendo consignar detalhadamente, ainda:

6.5.1. **Valor unitário e total de cada item a ser cotado.** Os preços devem ser cotados em moeda corrente nacional (R\$), contendo apenas duas casas decimais após a vírgula, considerando a especificação e as quantidades dos produtos discriminadas no **Anexo VII**, incluindo todos os elementos que formarão o preço final de venda do serviço/material proposto, já devendo estar incluídos nos preços os impostos, as taxas, o frete (CIF), as embalagens, os seguros e as despesas decorrentes do fornecimento do produto, demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

6.5.1.1 Na eventualidade de o licitante apresentar proposta com mais de duas casas decimais, o pregoeiro considerará, para o cálculo final do lote, apenas as duas primeiras casas.

6.5.1.2 Prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o preço unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o extenso.

6.5.2 A planilha de composição de custos e formação de preços relativa aos serviços a serem contratados é **meramente estimativa para efeito do estabelecimento do preço de referência do Órgão**, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la, elaborando sua proposta em conformidade com o previsto no Termo de Referência.

**6.5.3 Prazo de validade** da proposta de, **no mínimo, 60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período acima estipulado.

**6.5.4 Prazo de execução:** Os serviços serão prestados obedecendo aos prazos descritos no Termo de Referência (ANEXO I do Edital)) e resumidos na Tabela abaixo (item 11.6 do Termo de Referência), contados do recebimento da Ordem de Serviço – OS, expedida exclusivamente pela **Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP e extinguindo-se com o total restabelecimento do funcionamento do equipamento:**

6.5.4.1 A contagem dos prazos definidos em horas úteis, se dará dentro do horário comercial, ou seja, das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

**TABELA 1 – Resumo dos prazos de Atendimento**

<b>Situação/Ocorrência</b>	<b>Prazo</b>
Atendimento/Avaliação técnica do defeito	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 1	Até 6 (seis) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 2	Até 8 (oito) horas úteis
Necessidade de prorrogação justificada de prazo para concluir Manutenção Corretiva (níveis 1 e 2)	Até 24 (vinte e quatro) horas
Devolução de aparelho retirado para manutenção corretiva fora do TRT	Até 5 (cinco) dias corridos
Atendimento/Avaliação técnica da instalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de instalação	Até 24 (vinte e quatro) horas
Atendimento/Avaliação técnica da desinstalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de desinstalação	Até 24 (vinte e quatro) horas

#### **6.5.5 Locais e horário da execução dos serviços:**

**6.5.5.1 Os Locais de execução dos serviços bem como os horários de execução** obedecerão ao disposto **nos itens 1.1 e 11 do Termo de Referência** (ANEXO I do Edital), respectivamente.

**6.5.6 Prazo de vigência do contrato:** Concluído o processo licitatório, será formalizado instrumento contratual **com vigência inicial de 20 (vinte) meses** a partir de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante assinatura de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, depois de verificada a necessidade e vantajosidade para a Administração na continuidade do contrato, conforme inciso II do art. 57, da Lei n.º 8.666/93, podendo ser alterado, conforme art. 65 da Lei no 8.666/93.

6.5.6.1 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço - OS emitida pelo fiscal do contrato.

6.5.7 **Prazo de garantia para os serviços realizados:** a contratada deverá fornecer garantia dos serviços prestados **pelo período de 90 (noventa) dias** a contar do recebimento definitivo, devendo corrigir prontamente as possíveis falhas ocorridas nesse período sem ônus para o contratante.

6.5.7.1 Todas as peças fornecidas deverão ser originais e novas (primeiro uso) além de possuir as mesmas especificações daquelas defeituosas, comprovada essa condição através de Nota Fiscal onde conste a especificação das peças substituídas.

6.5.7.2 Todas as peças fornecidas terão garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias contra defeitos de fabricação, de modo que durante a vigência da garantia a substituição da peça deverá ocorrer sem ônus para o TRT.

6.5.8 A planilha orçamentária apresentada pelos licitantes deverá reproduzir todos os itens e quantitativos constantes da planilha estimativa constante no **Anexo VII** deste Edital c/c **Anexo I** do Termo de Referência.

6.5.9 Apenas na hipótese de enquadramento no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – empresa com 100 (cem) ou mais empregados –, deverá o licitante apresentar **declaração de que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação**, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do **Anexo VI**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

6.5.10 Dados do licitante, referente às seguintes informações: Razão Social, Endereço, Telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, Agência, Número da Conta-Corrente e Praça de Pagamento, E-mail (se possuir) e o nome, estado civil, profissão, número do CPF(MF) e do documento de Identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada de assinar o contrato, quando for o caso.

6.6 Deverão constar na proposta, os valores unitários e o valor global para execução do serviço, incluídos todos os impostos, taxas, mão-de-obra, transporte, testes, peças e demais acessórios dos equipamentos, prêmios de seguros e de acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo o TRT5 de qualquer responsabilidade, ainda que solidária.

6.6.1 Deverá conter as especificações dos equipamentos de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto ofertado.

6.7 O prazo de execução do objeto ora licitado não poderá ser superior ao estipulado no subitem 6.5.4 Caso tal prazo seja omitido ou superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.

6.8 Na hipótese de os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.4 e 6.5.7 acima não estarem expressamente indicados na proposta de preços, serão considerados como aceitos pelos proponentes aqueles fixados neste Edital.

6.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após esse prazo, em nenhuma situação poderá mais ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvados os lances e as hipóteses destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.



6.10 O **encaminhamento da proposta de preços** no site <http://www.comprasnet.gov.br>, com a descrição do objeto ofertado, bem assim o seu preço, somente ocorrerá por meio de sistema eletrônico, **até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública**, constantes no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.11 **Concomitantemente com a proposta de preços, ou seja, até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública, os licitantes deverão anexar ao sistema COMPRASNET todos os documentos de habilitação exigidos no edital.**

6.11.1 O licitante **deverá manter o SICAF atualizado até a data da sessão pública de abertura das propostas, ou anexar ao sistema, previamente, concomitantemente com a proposta de preços, as certidões atualizadas, bem como os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, sob pena de recusa da proposta, uma vez que é vedado apresentar, após o início da sessão de lances, qualquer documento de habilitação que tiver sido exigido no Edital.**

6.11.2 O licitante **deverá anexar, cumulativamente, toda a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação para cada item e/ou grupo que esteja concorrendo, sob pena de ter a proposta recusada.**

6.11.3 Na eventualidade de obrigação do envio de catálogos/prospectos, devem estes ser enviados no formato PDF. Admitir-se-á, entretanto, o seu recebimento como arquivo de imagem no formato JPEG (*Joint Photographic Expertes Group*), devendo o arrematante considerar a resolução máxima de 300 dpi e respeitar o limite máximo do tamanho do arquivo, de acordo com o especificado no item 3 acima.

6.12 Os erros ou equívocos existentes nas cotações de preços lançadas no sistema eletrônico e levadas em consideração para efeito de julgamento serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, tampouco em caso de erro para menos, eximir-se da prestação ofertada.

## **7. DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

7.1. As propostas terão sua conformidade analisada pelo Pregoeiro de acordo com as diretrizes traçadas no item anterior e demais requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com tais requisitos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3. A não desclassificação da proposta durante esta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

## **8. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1 A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

8.2 Verificadas as propostas apresentadas e constatada a conformidade destas, o sistema ordenará, automaticamente, aquelas que estiverem aptas, e somente estas poderão participar da fase de lances.

8.3 Após a ordenação automática pelo sistema das propostas aptas, conforme subitem anterior, será iniciada a fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## 9. DA FASE DOS LANCES

9.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes, cujas propostas foram consideradas aptas, deverão estar conectados ao sistema e poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras estabelecidas neste Edital.

9.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.3 Será adotado nesta licitação o **modo de disputa aberto e fechado**, por meio do qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

9.3.1 No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

9.3.2 Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.3.3 Encerrado o referido prazo de **10 (dez) minutos**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco minutos)**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.3.4 Na ausência de, no **mínimo, 3 (três) ofertas** nas condições de que trata o subitem 9.3.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um **lance final e fechado** em até **5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.3.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 9.3.3 e 9.3.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.3.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 9.3.3 e 9.3.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 9.3.5.

9.3.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 9.3.6.

9.4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do licitante.

9.6 A falta de oferecimento de novos lances por parte dos licitantes durante o curso da sessão pública implicará a manutenção do último valor por ele ofertado e registrado no sistema para efeito de ordenação das propostas.

9.7 Após o encerramento da etapa de lances e ordenadas as propostas, **o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço**, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida a negociação de condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1 Caberá ao licitante arrematante anexar ao sistema COMPRASNET, **no prazo de 2 (duas) horas**, a sua proposta ajustada ao valor do lance ou ao valor negociado, bem como a documentação complementar porventura solicitada pelo pregoeiro, devendo tal documentação estar assinada e ser transmitida em formato PDF.

9.7.1.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.7.1.2 A **PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA (ajustada ao valor do lance ofertado)**, deverá estar acompanhada de nova planilha de custos, com recomposição dos preços unitários e totais, constando os valores do fechamento da operação de ajuste, de acordo com o valor da adjudicação, a qual substituirá a proposta primitiva, devendo ser o ajuste readequado ao lance vencedor, mantendo-se a proporcionalidade dos preços anteriores com os novos preços de cada item, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a próxima colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Edital.

9.8 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.9 Encerrada a etapa competitiva, serão ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **menor preço global por grupo**.

9.10 Havendo desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, e permanecendo o sistema eletrônico acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11 Quando a **desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 9.7, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no item 12 deste Edital.

10.2 Serão recusadas as propostas que:

10.2.1 Apresentarem descrições genéricas, assim entendidas aquelas em que se encontrem expressões a exemplo de “marca original” ou “marca genuína”.

10.2.2 Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

10.2.3 Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

10.2.4 Apresentarem amostra, catálogo, prospecto ou documento equivalente (caso

solicitados), para os itens indicados, em desconformidade com as solicitações constantes deste Edital ou deixarem de apresentá-los, quando for o caso.

10.2.5 Apresentarem preços excessivos ou incompatíveis com os valores de mercado, ou com valor superior ao limite estabelecido ou ainda com preços manifestamente inexequíveis.

10.2.5.1 Considera-se preço excessivo aquele que ultrapassar o valor orçado pela Administração **para cada item ou para o grupo**, de acordo com os valores dispostos no **Anexo VII**.

10.3 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade
- b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- e) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- f) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- g) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10.4 A recusa da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes da sessão.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

11.1 Para julgamento das propostas, o critério adotado será o de **menor preço global por grupo**, verificada a aceitabilidade da proposta comercial.

11.2 Sendo aceitável a oferta, verificar-se-á se o proponente que a formulou atende às condições de habilitação, estipuladas com base:

11.2.1 Nos dados cadastrais extraídos através de consulta eletrônica ao SICAF;

11.2.2 Nos demais documentos de habilitação, disponibilizados em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET.

11.3 Entendendo necessário para orientar sua decisão, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como de pessoas físicas ou jurídicas que comprovadamente possuam conhecimentos técnicos relativos ao objeto da licitação, a fim de subsidiar sua decisão.

11.4 O Pregoeiro, em seguida, examinará a aceitabilidade, ou não, da proposta primeira classificada, quanto ao objeto definido neste Edital e em seus anexos, bem como ao valor ofertado, decidindo motivadamente a respeito

11.5 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente

vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame e em relação ao qual apresentou proposta.

**11.6 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências deste ato convocatório, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a aceitabilidade e negociando, se preciso for, até a obtenção do preço equivalente ao primeiro colocado ou ao preço de referência, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo **adjudicado** o objeto deste certame ao respectivo **licitante declarado vencedor**.**

11.7 As propostas e demais documentos encaminhados pelos licitantes serão juntados aos autos do processo.

11.8 A sessão será encerrada com a lavratura de ata circunstanciada, divulgada no sistema eletrônico, e na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

12.9 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será recusada.

11.10 É facultado ao Pregoeiro, na fase de julgamento, a promoção de diligência destinada à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação, sob pena de recusa da oferta.

11.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item supra, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11.11 Será facultado ao Pregoeiro efetuar o julgamento *a posteriori*.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

12.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios, bem como pela apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos neste edital.

12.1.1 Das empresas **ME e EPP** participantes **não será exigido o cumprimento dos subitens 12.8.4.2 e 12.8.4.3 deste edital (balanço patrimonial exigível do último exercício) quando o objeto da licitação tratar-se de fornecimento de bens para pronta entrega**, conforme disposição do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

12.1.2 **Serão verificados, ainda, durante a fase de habilitação, inclusive conforme determinação constante no Acórdão 1.793/2011 TCU - Plenário:**

a) **No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS (disponível no portal da transparência - [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) - a existência de registros impeditivos à contratação;**

b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.**

c) **Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.**

12.2 Em relação ao licitante que apresentou a melhor proposta, proceder-se-á à análise das informações constantes do SICAF por meio de consulta “online”, pela internet, e verificar-se-á a **regularidade da documentação obrigatória e da habilitação parcial, devendo-se observar as prescrições dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 8.538/2015.**

12.3 A situação regular no SICAF é determinada através de:

**a) CADASTRAMENTO**

**b) HABILITAÇÃO PARCIAL EXISTENTE E VÁLIDA**

12.3.1 A documentação obrigatória constante no SICAF referente à regularidade fiscal e consistente nas **Receitas Federal (e INSS), Estadual, Municipal e FGTS** deverá ser anexada ao sistema COMPRASNET **concomitantemente com a proposta de preços e os demais documentos de habilitação exigidos no edital**, previamente à sessão de lances, caso não constem no SICAF as respectivas certidões atualizadas.

12.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.4.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.6 Os documentos originais impressos poderão ser exigidos a qualquer tempo, principalmente em caso de eventual suspeita de fraude, oportunidade em que o pregoeiro poderá diligenciar nesse sentido.

12.7 Os documentos de habilitação deverão ser emitidos em nome do licitante, constando preferencialmente o número do CNPJ e o respectivo endereço, observando-se também:

a) No caso da participação ser da **matriz**, os documentos deverão ser em seu nome apresentados; no caso de o licitante ser **filial**, os documentos deverão estar em nome da filial.

b) Dispensar-se-ão, no caso de filial, aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, somente forem emitidos em nome da matriz.

12.8 A documentação de habilitação aqui tratada consiste em:

**12.8.1 Das Declarações:**

12.8.1.1 **Declaração de proteção ao trabalho do menor**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 9.854/99, conforme modelo do **Anexo II**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

12.8.1.2 **Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos impeditivos à habilitação**, conforme o § 2º, Art. 32 da Lei 8.666/93, nos termos do

**Anexo III**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

12.8.1.3 **Declaração de elaboração independente de proposta**, consoante Instrução Normativa nº. 02, de 16 de setembro de 2009, nos termos do **Anexo IV**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

12.8.1.4. **Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, nos termos do **Anexo V**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

## 12.8.2 Da Habilitação Jurídica:

12.8.2.1 **Comprovação de objeto compatível ao desta licitação, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor (com as respectivas alterações, se for o caso). Em caso de omissão, a Comissão poderá efetuar consulta ao SICAF.

a) Considera-se, para todos os efeitos legais, como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

12.8.2.2 No caso de **empresário individual**: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.8.2.3 Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

12.8.2.4 No caso de **cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor**, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

12.8.2.5 No caso de **agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.8.2.6 No caso de **produtor rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.8.2.7 **Inscrição do ato constitutivo no órgão competente** acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício.

12.8.2.8 **Decreto de Autorização**, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente**, quando a atividade assim o exigir.

12.8.2.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou

da consolidação respectiva.

### 12.8.3 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

#### 12.8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

12.8.3.2. **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e de inexistência de débito perante a Previdência Social**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou certidão positiva com efeito de negativa;

b) Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal, ou certidão positiva com efeito de negativa; e

c) Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, ou certidão positiva com efeito de negativa, quando couber.

12.8.3.2.1 O licitante que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente, devendo, entretanto, no caso de possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, emitir, obrigatoriamente, a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

12.8.3.2.2 Poderá o Pregoeiro proceder à consulta à Base de dados da Receita Federal, através da internet, caso a empresa licitante não apresente a Certidão, para verificação de sua regularidade, na forma do Decreto nº 8.302/2014.

12.8.3.2.3 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.8.3.3 **Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** (art. 27, alínea "a", Lei nº 8.036. de 11/05/90), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

a) Poderá o Pregoeiro proceder à consulta à Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da internet, caso a empresa licitante não apresente o CRF, para verificação de sua regularidade.

12.8.3.4 **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, nos termos do inciso V do art. 29 da Lei 8.666/93, mediante a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, demonstrando situação regular no cumprimento das obrigações trabalhistas instituídas por lei.

a) Poderá o Pregoeiro proceder à consulta, através da internet, à Base de dados da Justiça do Trabalho, condensada pelo CSJT, caso a empresa licitante não apresente a CNDT, para verificação de sua regularidade.

12.8.3.5 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, a comprovação de regularidade



fiscal e trabalhista será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou seja, somente para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.8.3.5.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o item supra, será assegurado **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.8.3.5.2 O prazo para regularizar a documentação fiscal **será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação**, cuja prorrogação poderá ser concedida a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8.3.5.3 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame **ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.**

12.8.3.5.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

#### 12.8.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

12.8.4.1. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.8.4.2. **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Para tanto, devem ser nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extraírem-se Índices de Liquidez Geral (LG) e Corrente (LC), bem como Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + A\tilde{N}C}{PC + P\tilde{N}C - (Receitas Diferidas - Custos Diferidos)}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + P\tilde{N}C}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

**AC** = ATIVO CIRCULANTE

**PC** = PASSIVO CIRCULANTE

**AT** = ATIVO TOTAL

**AÑC** = ATIVO NÃO CIRCULANTE

## **PÑC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**12.8.4.2.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.**

12.8.4.2.2. Entendem-se como aceitos na forma da lei os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis assim apresentados:

a) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07

(sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive, obrigatoriamente, com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, na forma do art. 6º, da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c) sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

12.8.4.2.2.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**12.8.4.2.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.**

**12.8.4.2.2.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).**

12.8.4.2.2.4 Caso o licitante seja **cooperativa**, tais documentos deverão ser **acompanhados da última auditoria contábil-financeira**, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.8.4.2.2.5 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da

apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.8.4.3 A pessoa jurídica cuja consulta ao SICAF ou resultado do balanço indicar **resultado igual ou inferior a 1 (um)**, em qualquer dos índices referidos acima, deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, que possui **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo** correspondente a **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item/grupo pertinente**.

12.8.4.3.1 Tal comprovação dar-se-á mediante a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social e deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

#### 12.8.5 Da Qualificação Técnica:

12.8.5.1 Visando à sua habilitação no certame, as licitantes deverão comprovar possuir qualificação técnica compatível com o objeto dessa licitação.

##### 12.8.5.1.1 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

12.8.5.1.1.1 A licitante deverá apresentar comprovação de registro com o CREA - Conselho Regional de Engenharia ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) dentro da validade tendo como a atividade principal em seu objeto social a manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo split e tipo janela.

12.8.5.1.1.2 Para atendimento à qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) técnico(s) em nome da EMPRESA LICITANTE, que comprove(m) ter a empresa, executado, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com as aquelas descritas no objeto. Os atestados deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT em nome do Responsável Técnico pelos serviços descritos no atestado emitida pelo conselho profissional competente.

12.8.5.1.1.2.1 Por serviço compatível entende-se aquele que compreenda a execução de manutenção preventiva e corretiva em pelo menos (30) trinta aparelhos de ar condicionado do tipo split de pelo menos 9.000 BTUs cada aparelho.

12.8.5.1.1.3 A Licitante deverá comprovar que dispõe de Equipe Técnica Mínima composta por: 01 (um) Técnico em Mecânica, ou um Técnico em Eletromecânica, ou um Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado de nível médio/supervisor, com certificado de formação na área de manutenção de ar condicionado em objeto similar ao especificado.

12.8.5.1.1.4 Ferramental, instrumentos e equipamentos: A LICITANTE deverá apresentar declaração formal de que possui todo o ferramental, instrumentos, equipamentos e instalações necessários à execução das tarefas relacionadas com o objeto do contrato.

##### 12.8.5.1.2 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

12.8.5.1.2.1 A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na dada prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica ou Eletromecânica

ou Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado detentor de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado do tipo split de pelo menos 9.000 BTUs.

12.8.5.1.2.2 A LICITANTE deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou do CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), do profissional indicado para o requisito de qualificação técnico profissional, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação.

12.8.5.1.2.2.1 Facultar-se-á a não apresentação individualizada da CRQPF do responsável técnico se na **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ)**, apresentada em atendimento ao item 12.8.5.1.1.1, houver expressamente a menção de regularidade para o responsável técnico nela constante, se este coincidir com o profissional apresentado para o cumprimento da exigência de qualificação técnico-profissional, suprimindo assim a exigência 12.8.5.1.2.2 de forma conjunta.

12.8.5.1.2.2.2 A comprovação do vínculo do profissional deverá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

12.8.5.1.2.2.2.1 Cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante;

12.8.5.1.2.2.2.2 Contrato ou estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional;

12.8.5.1.2.2.2.3 Contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

12.8.5.1.2.2.2.4 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto à entidade competente, se nesse documento constar o nome do profissional indicado dentre os responsáveis técnicos da empresa;

12.8.5.1.2.2.2.5 Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência deste. Neste caso, será exigido, após 5 dias corridos da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA/BA, do profissional como Responsável Técnico da empresa.

acompanhada da anuência deste. Neste caso, será exigido, após assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA/BA, do profissional como Responsável Técnico da empresa.

12.8.5.1.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Papel timbrado do emitente;
- b) Razão Social;

- c) CNPJ;
- d) Endereço completo do emitente;
- e) Razão Social do licitante;
- f) Vigência e objeto do contrato;
- g) Declaração de que os requisitos do contrato foram atendidos;
- h) Local e data de emissão do atestado;
- i) Identificação, cargo, assinatura e contato do atestante.

**12.8.5.2 A LICITANTE deverá enviar preposto profissional habilitado junto ao CREA (Engenheiro Mecânico) ou ao CRT (Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica ou Técnico de Refrigeração e Ar Condicionado) que julgue capaz, com critérios de escolha sob sua inteira responsabilidade, para uma visita presencial de caráter técnico às instalações em questão, visando o conhecimento *in loco* das suas características e peculiaridades, declarando em **Termo de Vistoria (Anexo VII do Termo de Referência)** ter conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto dos serviços.**

12.8.5.2.1 O Termo de Vistoria devidamente assinado por servidor do TRT5 que acompanhou a vistoria deverá ser juntado à documentação de habilitação técnica da licitante.

**12.8.5.2.2 A vistoria deverá ser agendada e realizada em dias úteis, das 08:00 às 17:00h por meio do telefone (71) 3319-7153, junto à Coordenadoria de Manutenção e Projetos do TRT5, devendo tal vistoria ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública.**

**12.8.5.2.3 A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as Licitantes cientes de que, após apresentação das propostas e dos demais documentos, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.** Nesta hipótese, a vistoria deverá ser suprida por **DECLARAÇÃO FORMAL**, assinada pelo seu representante legal, sob as penas da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos necessários à execução integral do objeto desta Licitação, em conformidade com o Art. 30 da Resolução Nº 70 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Quando a **DECLARAÇÃO FORMAL** substituir o **TERMO DE VISTORIA**, **deverá compor a documentação de habilitação da licitante.**

12.9 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, **exceto em relação à CNDT**, e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

12.10 Estará habilitada a pessoa jurídica cuja situação no **SICAF** (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores) esteja regular, e que apresentar as declarações referidas nos subitens anteriores, ou que, mesmo que com suas documentações vencidas no SICAF, tenha apresentado documentação comprovando a regularidade, concomitantemente com a proposta de preços e demais documentos de habilitação.

12.11 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que

não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12 A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos há menos de 90 (noventa) dias.

12.13 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e/ou seus anexos.

12.14 Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação da autenticidade das certidões pelo órgão promotor do certame, nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores daquelas.

12.15 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **13. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE, DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PELO SISTEMA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DE MESMO VALOR**

13.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconizam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.1.1 No caso da participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, entender-se-á como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por tais tipos de empresas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

13.1.2 **Aplicar-se-á o critério de desempate definido no subitem anterior quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.**

13.2 No caso de empate em duas ou mais propostas, proceder-se-á do seguinte modo:

13.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte **mais bem classificada** será convocada a apresentar, querendo, **proposta de preço inferior** àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

13.2.1.1 A oportunidade do exercício do direito acima somente se perfaz se a microempresa ou empresa de pequeno porte reduzir o seu preço a patamar inferior à da proposta vencedora pelo menor preço, não sendo permitido igualar preços.

13.2.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte definida nas condições acima será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, **aqui se entendendo que o termo inicial dá-se imediatamente após o encerramento do tempo randômico.**

13.2.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito de preferência, serão convocadas as remanescentes, desde que hajam ofertado preços dentro dos parâmetros estabelecidos no subitem 13.1.1, de acordo com a ordem de classificação e dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, para exercerem o direito de ofertar preço inferior ao menor valor proposto, sob pena de preclusão.

13.2.4 Exercido o direito de preferência pela microempresa ou empresa de pequeno porte, passar-se-á à verificação de sua documentação de **habilitação**.

13.3 Caso não haja o exercício do direito de preferência, seja porque tenham ofertado o mesmo preço apenas microempresas ou empresas de pequeno porte, ou apenas outras empresas (que não se enquadrem nessas duas categorias), a ordem de classificação das **propostas de preços de mesmo valor** obedecerá às regras constantes nos arts. 36 e art. 37 do Decreto 10.024/2019.

## 14. DO RECURSO

14.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pelo licitante, deverá ser feita ao final da sessão, logo após a declaração do vencedor do certame, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer.

14.1.1 Após a habilitação do item/grupo, será aberto o prazo de **1 (uma) hora** para que os fornecedores registrem, por meio eletrônico, a **intenção de interposição de recurso**, imediata e motivadamente, em campo próprio no sistema.

14.2 Uma vez declarado o vencedor final, e tendo algum licitante manifestado a intenção de recorrer, durante a sessão pública, ser-lhe-á concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões, em igual prazo**, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2.1 Os procedimentos para interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

14.2.2 **A falta de manifestação da intenção de recorrer imediata e motivada por parte do licitante importará a decadência do direito de recurso**, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2.3 Por intenção motivada de recorrer entende-se aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

14.2.4 Ao licitante que interpuser recurso manifestamente caracterizado protelatório poderá ser aplicada a penalidade do art. 14 do Decreto nº 3.555/2000.

14.4 Se não houver reconsideração de sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Diretor-Geral deste Tribunal, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

14.5 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Depois de concluídas as etapas de análise dos preços ofertados e verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital e decididos os recursos, se foi este o caso, o objeto deste certame será adjudicado em favor do licitante que tenha sido declarado vencedor, após as etapas aqui mencionadas.

15.2 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.3 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **16. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1 O adjudicatário será convocado para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, **assinar o contrato (Anexo IX)** referente ao objeto desta licitação.

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal.

16.3 É facultado a este Tribunal, quando o proponente vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos nos subitens 16.1 e 16.2, convocar para fazê-lo em igual prazo os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, analisando-se antes sua documentação de habilitação, que, se regular, será declarado o novo vencedor, ou revogar a licitação, sem prejuízo de aplicação ao adjudicatário primeiro colocado das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002 e art. 49 do Decreto 10.024/2019, além das sanções administrativas previstas neste edital e no contrato.

16.4 Não se aplicam as sanções previstas no art. 87 da Lei de Licitações aos licitantes remanescentes que, porventura, convocados pelo Tribunal, recusarem assinar contrato com a Administração.

16.5 Ao assinar o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

16.6 A efetivação da contratação do serviço se caracterizará pela assinatura do contrato entre este Tribunal, órgão requisitante do objeto, e o licitante vencedor.

16.7 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

17.1 O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte) meses, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 5ª Região.

17.1.1 O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante assinatura de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, depois de verificada a necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato, conforme inciso II do art. 57, da Lei n.º 8.666/93, podendo ser alterado, conforme art. 65 da Lei no 8.666/93.



17.1.2 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço - OS emitida pelo fiscal do contrato, **observadas as condições para o início dos serviços elencadas no item 18 do Termo de Referência.**

17.1.3 A contratada poderá requerer o reajuste do valor do contrato após 12 meses da data da proposta. O índice de reajuste deverá ser o INCC ou, na extinção deste, outro que eventualmente o substitua.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1 As constantes da minuta do contrato (Anexo IX).

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL**

19.1 As constantes da minuta do contrato (Anexo IX).

## **20. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

20.1 Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela lei 8.883/94, o objeto da presente licitação será recebido, mediante recibo, conforme as seguintes disposições:

20.1.1 O recebimento dos serviços de manutenção preventiva se dará:

a) **Provisoriamente**, ao final da realização de cada atendimento, com a emissão do formulário de atendimento on-line, seja ela planilha ou documentos do google previsto no item 6.2.5 do Termo de Referência e assinatura do responsável pela unidade demandante.

b) **Definitivamente**, ao final de cada mês mediante a apresentação dos relatórios de atendimento on-line, sejam eles planilhas ou documentos do google, contemplando todas as informações exigidas no item 6.2 do Termo de Referência para todos os equipamentos atendidos e aprovados pela Fiscalização.

20.1.2 O recebimento dos serviços de cada O.S. de manutenção corretiva, instalação ou desinstalação de equipamento se dará:

a) **Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da comunicação da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de teste de conformidade e verificação pela Fiscalização, ou profissional por ela indicado;

b) **Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a realização de teste de conformidade e vistoria, mediante a apresentação do relatório previsto no item 10 do Termo de Referência e lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

## **21. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

21.1 A fiscalização dos serviços objeto do presente contrato caberá a servidores do CMP - Coordenadoria de Manutenção e de Projetos que na condição de fiscal técnico e fiscal administrativo, **terão as atribuições contidas nos artigos 5º e 6º do Ato TRT5 n.º 0210 de 15 de maio de 2014.**

21.2 A gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizadas pela Coordenadoria de Manutenção e de Projetos – CMP e obedecerão ao **disposto no item 15 do Termo de Referência e IN MPDG n.º 05/2017 e alterações posteriores.**

21.3 A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

## **22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

22.1 O pagamento será realizado **nos termos do item 19 do Termo de Referência (anexo I do Edital)** em moeda corrente nacional, através de ordem bancária para o estabelecimento indicado pela(s) empresa(s) vencedora(s), no prazo de 10 (dez) dias úteis subsequentes à apresentação e atestado da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, contendo o número da Nota de Empenho, número do processo e domicílio bancário, atestada pelo setor competente, no Protocolo do Órgão requisitante.

22.2 As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal e demais entidades de serviço social autônomo, de acordo com a previsão constante no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

22.3 Se a empresa for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria de Receita Federal, com as alterações dadas pela IN RFB 1.244, de 30/01/2012, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções em relação aos tributos federais.

22.4 O atraso no pagamento acarretará a incidência de encargos moratórios, calculados entre a data final prevista para o pagamento e o dia de sua efetivação, correspondentes ao valor do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por dia de atraso, ou fração deste, aplicados "pro rata tempore".

22.5 A nota fiscal/fatura não aprovada pelo Tribunal será devolvida ao Licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido no subitem 22.1.

22.6 A Nota Fiscal deverá acompanhar os materiais e nela estarão descritas integralmente as especificações, quantidades entregues e preços unitários, conforme a respectiva Nota de Empenho.

22.7 Ocorrendo divergências na Nota Fiscal quanto à discriminação, quantidade ou preço do item, comparativamente com a Nota de Empenho, o Fornecedor será comunicado de tal fato para as devidas regularizações;

22.8 Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, o Licitante vencedor apresentar, no prazo de máximo de 04 (quatro) dias úteis, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial do contrato, decorrente de infração ao inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.

22.9 Havendo qualquer outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa na forma como apresentada, o pagamento será glosado, dependendo eventual pagamento restante de diferença, se houver, após adoção pelo Licitante de providências das medidas saneadoras necessárias para esse fim.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 Ao licitante que praticar atos considerados lesivos à Administração Pública serão aplicadas as sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015, resguardado o exercício do contraditório e da ampla e prévia defesa.

23.1.1 São entendidos como atos lesivos à Administração Pública:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

23.2 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, devendo, a autoridade competente, definida na lei anticorrupção, comunicar aos órgãos públicos competentes para eventual ajuizamento de ação judicial.

23.3 Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

23.3.1 As sanções acima descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

2.4 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, e à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante/adjudicatário.

23.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **24. DAS MULTAS**

24.1 Resguardados os direitos que a Administração tem de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas:

a) Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da prestação mensal, por equipamento, por ocorrência de atraso injustificado, até o limite de 30% (trinta por cento) do seu valor; cumulando-se mensalmente até o cumprimento da obrigação.

b) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato (20 meses), nos casos de inexecução total do objeto, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.

b.1) Caracterizar-se-á como inexecução total, caso a contratada não execute os serviços contratados em até 48 horas, contados a partir dos prazos que constam na Tabela 1 do item 11.6 do Termo de Referência.

c) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação mensal, aplicada de forma proporcional, em caso de inexecução parcial do contrato.

c.1) Caracterizar-se-á como inexecução parcial, caso a contratada não execute os

serviços contratados em até 24 horas, contados a partir dos prazos que constam na Tabela 1 do item 11.6 do Termo de Referência ou rescinda o contrato durante sua vigência com execução incompleta dos serviços contratados.

24.2 As multas aludidas acima não impedem que a Administração aplique outras sanções previstas na Lei 10.520/02, garantida a prévia defesa.

24.3 Por qualquer outra infração das obrigações constantes neste Edital, poderá ser aplicada à contratada multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total adjudicado.

24.4 Toda e qualquer será aplicada após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

24.5 A aplicação das referidas multas não impedirá que o CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique as sanções previstas na Lei, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização.

## **25. DA GARANTIA CONTRATUAL**

25.1 Nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, será exigida da licitante vencedora, quando da assinatura do contrato, a prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, em favor do Contratante. A garantia será exigida nos moldes da Cláusula Décima Quinta do Contrato, **nos termos do item 17 (GARANTIA CONTRATUAL) do Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

## **26. RESCISÃO**

26.1 Constituem motivos de rescisão contratual os previstos na legislação vigente, além dos elencados neste edital e seus anexos.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1 São vedados a manutenção, o aditamento ou a prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que:

I - Venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme dispõe o art. 1º da Resolução nº 9/05, do Conselho Nacional de Justiça.

II - Tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça.

**27.1.1 Antes da celebração do contrato, o Tribunal verificará, através do SICAF, a composição societária da Adjudicatária, a fim de certificação de inexistência de servidores do Órgão entre os seus sócios, conforme determinação contida no Acórdão 1.793/2011 TCU – Plenário.**

27.2 Os licitantes serão responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante a licitação.

27.3 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas dos vícios.

27.4 A critério do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e sem que, por esse motivo, tenham os licitantes direito a qualquer reposição ou indenização, a presente licitação poderá ser

anulada, revogada, total ou parcialmente, ou ainda transferida, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

27.5 Os casos omissos serão decididos por este Tribunal, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto 10.024/2019, e suas alterações, sendo a Lei 8.666/93 de aplicação subsidiária. Também se aplicam o Decreto nº 9.507/2018, a Instrução Normativa nº 05/2017 e demais regulamentos e normas administrativas federais, independentemente de suas transcrições.

27.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7 Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos.

**27.8 Em caso de divergência entre o(s) anexo(s) e o Edital, prevalecerá a redação deste último.**

27.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

27.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, especialmente no que diz respeito à aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.11 A entrega da proposta implica total aceitação de todos os termos desta licitação, expressos no Edital, anexos e publicações.

27.12 O Tribunal não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do VENCEDOR para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

**27.13 No caso de os documentos apresentados em fotocópia suscitarem alguma dúvida quanto à sua veracidade/autenticação, o Pregoeiro poderá promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer(em) a dúvida indicada no processo, conforme o §3º do art. 43 da Lei 8.666/93.**

27.14 Os licitantes que desejarem quaisquer esclarecimentos poderão solicitá-los através do e-mail [licitacao@trt5.jus.br](mailto:licitacao@trt5.jus.br), informando o nome da empresa, o CNPJ e o número de telefone para contato por este Tribunal.

27.14.1 As respostas e informações prestadas serão dadas diretamente àqueles que as solicitaram por escrito, desde que seja possível repassá-las por e-mail e que tenha sido devidamente indicado pelo solicitante em seu questionamento.

27.14.2 Todos os esclarecimentos, avisos e informações serão sempre disponibilizados, além do COMPRASNET, no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no *link* "licitações online", permitindo-se amplitude na sua divulgação, assumindo os interessados o ônus de verificarem possíveis atualizações lançadas no espaço próprio, não podendo alegar os licitantes interessados em participar do certame o desconhecimento das informações ali registradas, isentando o Tribunal de qualquer responsabilidade neste sentido.

27.15 No curso do contrato é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo seu prosseguimento ou sua rescisão.

27.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

27.17 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

27.18 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.19 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.20 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Edf. Presidente Médici, situado na Rua do Cabral, 161, 5º andar, Seção de Licitação, Nazaré, Salvador-BA, CEP: 40.055-010, no horário administrativo do Órgão, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **28. DO FORO**

28.1 As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos do art. 102, I, “a”, da Constituição Federal.

## **29. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS/ANEXOS**

29.1 Constituem parte integrante deste Edital:

**Anexo I – Termo de Referência**

**Anexo II – Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**

**Anexo III – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**

**Anexo IV – Declaração de Elaboração Independente de Proposta**

**Anexo V – Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**

**Anexo VI – Declaração de que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social**

**Anexo VII – Planilha de Estimativa de Preços e limite de admissibilidade das propostas**

**Anexo VIII – Planilha para Cotação**

**Anexo IX – Minuta do Contrato**

Salvador/BA, 12 de março de 2021

**Ticiania Barbosa Vasconcelos**

Pregoeira



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DE PROJETOS

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT E DE JANELA NAS UNIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO EM ALAGOINHAS E FEIRA DE SANTANA**

**Salvador, 10 de março de 2021.**



## SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DAS JUSTIFICATIVAS
3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
6. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA
7. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT
- 7A. INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM GARANTIA COM EVENTUAL SUBCONTRATAÇÃO
8. DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT
9. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
10. DO RELATÓRIO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA
11. DOS HORÁRIOS, LOCAIS E PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14. DA ESTIMATIVA DOS SERVIÇOS
15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
16. DAS PENALIDADES
17. DA GARANTIA CONTRATUAL
18. DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
19. DO PAGAMENTO
20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
21. DOS ANEXOS

### 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de **manutenção preventiva e corretiva** com fornecimento de peças, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado **tipo split e de janela**, nas Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região localizadas em **Alagoinhas** e **Feira de Santana**.

## 1.1. Local de Execução dos Serviços:

1.1.1 Fórum Trabalhista de Alagoinhas: Rua do Terminal Rodoviário, S/N - Alagoinhas Velha CEP.: 48.030-900.

1.1.2 Fórum Trabalhista de Feira de Santana: Av. João Durval Carneiro Nº 2768- Ponto Central - CEP.: 44.075-196.

## 2. DAS JUSTIFICATIVAS

Os serviços justificam-se em razão dos seguintes elementos:

2.1. É necessário oferecer conforto térmico ao ambiente de trabalho e proporcionar temperatura adequada ao bom funcionamento de equipamentos de informática e comunicação que, em geral, são dissipadores de calor;

2.2. Manter os equipamentos, buscando reduzir o seu desgaste prematuro em razão da carga diária de utilização, promovendo sua eficiência original e conseqüentemente preservando sua vida útil;

2.3. Evitar o aparecimento de agentes, sejam eles físicos ou biológicos, causadores de doenças do trato respiratório, efetuando a limpeza sistemática de seus componentes internos e externos;

2.4. Quanto à não separação em lotes, justifica-se uma vez que todos os itens do objeto são de natureza semelhante (são todos serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado de uso descentralizado, tipo split ou janela) e encontram-se em utilização numa área geográfica restrita (Alagoinhas e Feira de Santana). Desta forma, sendo itens semelhantes e geograficamente agrupados, a reunião em lote único traz vantagem com relação ao ganho de escala, otimização de recursos pela administração de um único contrato, uniformização de padrões de execução e fiscalização. Além disso, a execução de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva por uma mesma empresa contratada afasta a possibilidade de conflitos na definição de fronteiras de responsabilidade na ocorrência de defeitos, pois há apenas um responsável pelos serviços executados num mesmo equipamento, facilitando assim a exigência do cumprimento das garantias de serviço no caso de alguma reincidência de falha.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Considerando que o objeto a ser contratado faz parte do amplo espectro de serviços técnicos classificados coletivamente como manutenção predial, e que se

caracteriza por um sistema de climatização baseado em tecnologia de ampla aplicação no mercado (do tipo split), e que os serviços de manutenção a serem contratados se constituem de atividades rotineiras cujos parâmetros de qualidade são objetivamente definidos em normas técnicas, considerando ainda que a responsabilidade técnica por este tipo de serviço é competência exclusiva de profissionais habilitados nas áreas de Engenharia Mecânica, ou técnicos de nível médio em Mecânica, Eletromecânica ou Refrigeração, regulamentados pelos seus respectivos conselhos profissionais, CREA e CRT, conclui-se que o objeto se enquadra na definição de serviço comum de engenharia segundo o quanto prescrito pelo Decreto nº 10.024/2019.

#### **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

4.1. Critério de julgamento das propostas: MENOR PREÇO.

#### **5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.

5.1.1 Visando à sua habilitação no certame, as licitantes deverão comprovar possuir qualificação técnica compatível com o objeto dessa licitação.

5.2. **CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL**

5.2.1 A licitante deverá apresentar comprovação de registro com o CREA - Conselho Regional de Engenharia ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) dentro da validade tendo como a atividade principal em seu objeto social a manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo split e tipo janela.

5.2.2 Para atendimento à qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) técnico(s) em nome da EMPRESA LICITANTE, que comprove(m) ter a empresa, executado, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com as aquelas descritas no objeto. Os atestados deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT em nome do Responsável Técnico pelos serviços descritos no atestado emitida pelo conselho profissional competente.

- 5.2.2.1 Por serviço compatível entende-se aquele que compreenda a execução de manutenção preventiva e corretiva em pelo menos (30) trinta aparelhos de ar condicionado do tipo split de pelo menos 9.000 BTUs cada aparelho.
- 5.2.3 A Licitante deverá comprovar que dispõe de Equipe Técnica Mínima composta por: 01 (um) Técnico em Mecânica, ou um Técnico em Eletromecânica, ou um Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado de nível médio/supervisor, com certificado de formação na área de manutenção de ar condicionado em objeto similar ao especificado.
- 5.2.4 Ferramental, instrumentos e equipamentos: A LICITANTE deverá apresentar declaração formal de que possui todo o ferramental, instrumentos, equipamentos e instalações necessários à execução das tarefas relacionadas com o objeto do contrato.

### 5.3 CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

- 5.3.1 A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na dada prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica ou Eletromecânica ou Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado detentor de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado do tipo split de pelo menos 9.000 BTUs.
- 5.3.2 A LICITANTE deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou do CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), do profissional indicado para o requisito de qualificação técnico profissional, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação.
- 5.3.2.1 Facultar-se-á a não apresentação individualizada da CRQPF do responsável técnico se na **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ)**, apresentada em atendimento ao item 5.2.1, houver expressamente a menção de regularidade para o responsável técnico nela constante, se este coincidir com o profissional apresentado para o cumprimento da exigência de qualificação técnico-profissional, suprimindo assim a exigência do item 5.3.2 de forma conjunta.

5.3.2.2 A comprovação do vínculo do profissional deverá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

5.3.2.2.1 Cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante;

5.3.2.2.2 Contrato ou estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional;

5.3.2.2.3 Contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

5.3.2.2.4 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto à entidade competente, se nesse documento constar o nome do profissional indicado dentre os responsáveis técnicos da empresa;

5.3.2.2.5 Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência deste. Neste caso, será exigido, **após 5 dias corridos** da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA/BA, do profissional como Responsável Técnico da empresa.

#### **5.4 Termo de vistoria referente à visita técnica.**

5.4.1 A LICITANTE deverá enviar preposto profissional habilitado junto ao CREA (Engenheiro Mecânico) ou ao CRT (Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica ou Técnico de Refrigeração e Ar Condicionado) que julgue capaz, com critérios de escolha sob sua inteira responsabilidade, para uma visita presencial de caráter técnico às instalações em questão, visando o conhecimento in loco das suas características e peculiaridades, declarando em Termo de Vistoria (Anexo VII) ter conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto dos serviços.

5.4.2 O Termo de Vistoria devidamente assinado por servidor do TRT5 que acompanhou a vistoria deverá ser juntado à documentação de habilitação técnica da licitante.

5.4.3 A visita técnica deverá ser realizada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data prevista no edital de licitação para a abertura das propostas.

5.4.4 Tendo em vista o disposto no art.18 da Resolução 114/2010 do CNJ e no art. 30 da Resolução 70/2010 do CSJT, onde se considera que a declaração formal

de que a licitante conhece as condições físicas e técnicas das instalações do objeto, supre a necessidade de realizar a visita para vistoria técnica, serão aceitas declarações nesse sentido em substituição ao Termo de Vistoria.

## **6 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA**

**6.1 Manutenção Corretiva:** Compreende a realização eventual, mediante atendimento a Ordem de Serviço, de reparos em equipamentos de ar condicionado tipo split ou janela que tenham apresentado defeito ou falha de funcionamento comprometendo sua função principal ou quaisquer de suas funções secundárias. A execução da manutenção corretiva envolve um conjunto de ações que objetivam o restabelecimento do perfeito funcionamento ou da integridade física de um equipamento específico integrante do sistema de ar condicionado de uma Unidade;

6.1.1 O procedimento inicial da manutenção corretiva é a avaliação, a análise técnica detalhada das condições do aparelho e o levantamento do motivo da falha ou defeito apresentado que impede o perfeito funcionamento da máquina.

6.1.2 O prazo para atendimento das Ordens de Serviço emitidas pelo Contratante será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva Ordem de Serviço – OS, sob pena de aplicação de penalidade contratual;

6.1.3 No prazo determinado acima, a Contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na OS, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando restabelecer o perfeito funcionamento do aparelho;

6.1.4 Concluída a análise técnica e identificado o motivo da falha, a Contratada deverá buscar a sua imediata correção, aplicando a necessária substituição de peças, componentes eletrônicos, soldas, carga de gás, regulagens, ajustes e outros serviços realizados no local indicado na OS por profissionais técnicos especializados e preparados para tal ação.

6.1.5 Quando houver justificada necessidade de peças e serviços complexos para restabelecer o perfeito funcionamento de um equipamento, o prazo de conclusão dos serviços poderá ser estendido por até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da respectiva OS, mediante justificativa técnica por escrito e fundamentada.

6.1.6 A manutenção corretiva possuirá dois níveis de serviço:

6.1.6.1 A manutenção corretiva nível 1 compreenderá a realização de todos os serviços, incluindo exemplificadamente as soldas e as cargas de gás,

fornecimento e substituição de todas as peças, acessórios e controle remoto, elementos de suportação, vedação infraestrutura de drenos e tubulações de líquido e gás, cabos e conexões elétricas, isolamento térmico, proteções mecânicas, exceto substituição de compressores, motores-ventiladores, placas eletrônicas de comando das unidades e serpentinas evaporadoras, necessários   imediata correção do defeito apresentado no aparelho;

- 6.1.6.2 A manutenção corretiva nível 2 compreenderá a realização de todos os serviç os, que incluam a substituição compressores, motores-ventiladores, placas eletrônicas de comando das unidades e serpentinas evaporadoras, necessários   imediata correção do defeito apresentado no aparelho;
- 6.1.7 A proposta de preç os da contratada deverá conter valores diferenciados para as manutenções corretivas realizadas, conforme o nível de serviç o executado em cada uma delas;
- 6.1.8 O fornecimento de peç as, a realização de soldas e a aplicação de carga de gás (R-22 e R-410A), estão incluídas em todas as modalidades de serviç os executados pela contratada, estando vedada a cobranç a individualizada de tais itens.
- 6.1.9 O **restabelecimento do funcionamento do equipamento** deverá ocorrer obedecendo aos seguintes prazos:
  - 6.1.9.1 Para manutenção corretiva nível 1 - **6 (seis) horas úteis** contadas do término da avaliação técnica definida em 6.1.1, sob pena de aplicação de penalidade contratual;
  - 6.1.9.2 Para manutenção corretiva nível 2 - **8 (oito) horas úteis** contadas, do término da avaliação técnica definida em 6.1.1 sob pena de aplicação de penalidade contratual;
- 6.1.10 O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 6.1.2, 6.1.9.1 e 6.1.9.2 ensejará a aplicação de multa calculada conforme o item 16.1.1 incidente sobre o valor do respectivo serviç o, descontada do valor da fatura de serviç os no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 6.1.11 Nos casos em que for necessário retirar o aparelho do local onde o mesmo está instalado para que seja realizada a manutenção corretiva, a contratada

deverá comunicar por escrito ao fiscal do contrato, obedecendo às seguintes condições:

- 6.1.11.1 Observar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução e instalação do aparelho pertencente ao TRT devidamente consertado. Nesta operação, a empresa contratada não poderá cobrar pela desinstalação e reinstalação e/ou transporte do aparelho, já que o mesmo foi retirado por necessidade técnica de manutenção corretiva, cabendo tão somente a cobrança pela manutenção corretiva (nível 1 ou nível 2);
- 6.1.11.2 O descumprimento do prazo estabelecido no item 6.1.11.1, ensejará a aplicação de multa calculada conforme item 16.1.1 deste documento e incidente sobre o valor do respectivo serviço, descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.”
- 6.1.1.1 A retirada do aparelho para conserto fora das dependências do TRT5, somente será possível mediante autorização expressa do Servidor responsável pela unidade englobada pelo escopo do Contrato.
- 6.1.2 Os aparelhos instalados atualmente sobre os quais serão realizados os serviços de manutenção corretiva, estão quantificados e classificados por capacidade nos anexos V e VI e possuem as seguintes características:
  - 6.1.2.1.1 Os aparelhos são de diversos fabricantes nacionais e importados;
  - 6.1.2.1.2 Os aparelhos split são, em sua maioria, do tipo hi-wall.

**6.2 Serviços de Manutenção Preventiva:** Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados mensalmente em cada um dos aparelhos de ar condicionado (Split e janela) das unidades do TRT5 localizadas nas cidades de Alagoinhas e de Feira de Santana. Como parte da manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado, a Contratada deverá realizar periodicamente, as seguintes ações:

#### 6.2.1 PRINCÍPIOS GERAIS

- 6.2.1.1 Efetuar os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, procedendo à inspeção, limpeza de filtros, rotores, palhetas e outros elementos no caminho do ar; medição de temperatura, testes de componentes, lubrificação, regulagens e reparos, verificação de vibrações



e de congelamento e degelo a fim de proporcionar o funcionamento eficiente, seguro e econômico, condição de escoamento e ausência de obstrução do dreno, isolamento térmico, verificação do estado de corrosão das partes metálicas, estruturas de suportação dos equipamentos, vazamentos, estado de conserva o das emendas e conexões elétricas, presença de r idos anormais, integridade de isolamento térmico e veda es, funcionamento de termostato e controle de temperatura, funcionamento dos comandos de opera o do aparelho, medi es e registro de tensão e corrente em todas as fases;

6.2.1.2 Efetuar os serviços de manuten o preventiva substituindo e/ou reparando, segundo critérios recomendados pelo fabricante, componentes que possam vir a dar defeitos ou estejam com a vida útil comprometida;

6.2.1.3 A manuten o preventiva deverá ter periodicidade mensal, respeitando-se o intervalo de 30 dias entre as interven es numa mesma unidade. A contratada deverá fornecer   fiscaliza o o calendário de preventiva até cinco dias úteis após a assinatura do contrato, identificando as datas de realiza o do serviço em cada uma das unidades contempladas no contrato separadas por cidade. Admite-se uma tolerância de 2 dias antes ou depois da data prevista para a preventiva, mediante justificativa aceita pela fiscaliza o.

## 6.2.2 TAREFAS DA MANUTEN O PREVENTIVA

6.2.2.1 Limpeza do filtro de poeira

6.2.2.2 Limpeza da mangueira de drenagem;

6.2.2.3 Limpeza da bandeja de drenagem

6.2.2.4 Verifica o do encaixe das bandejas

6.2.2.5 Verificar a existência de vazamentos de gás;

6.2.2.6 Medir tensões e corrente de entrada das máquinas;

6.2.2.7 Medir tensões e corrente no motor do evaporador;

6.2.2.8 Medir tensões e corrente no motor do condensador;

6.2.2.9 Verificar as condi es dos mancais e eixos;

6.2.2.10 Verificar as bases de fixa o dos compressores;

6.2.2.11 Verificar os parafusos das bases dos motores;

6.2.2.12 Testar e ajustar a a o dos relés térmicos;

6.2.2.13 Limpar a serpentina do evaporador;

- 6.2.2.14 Verificar a operação do conjunto motor ventilador;
  - 6.2.2.15 Verificar e corrigir vibrações;
  - 6.2.2.16 Verificar e testar os termostatos e regulá-los;
  - 6.2.2.17 Limpar compressores, tubulações e acessórios;
  - 6.2.2.18 Verificar o comportamento dos filtros;
  - 6.2.2.19 Verificar a condição do tubo capilar da válvula;
  - 6.2.2.20 Verificar a existência de corrosão nas bandejas;
  - 6.2.2.21 Verificar o estado de isolamento interno do gabinete;
  - 6.2.2.22 Proceder à limpeza interna e externa dos equipamentos;
  - 6.2.2.23 Verificar os terminais elétricos;
  - 6.2.2.24 Fazer limpeza do chassi e gabinete, eliminando pontos de ferrugem, se necessários e quando for o caso;
  - 6.2.2.25 Executar a higienização das saídas dos dutos de circuladores de ar refrigerado, incluindo as venezianas de saída de ar, utilizando-se na limpeza produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde e manter boa qualidade do ar interno;
  - 6.2.2.26 Proceder a lavagem completa da unidade evaporadora no local em que o equipamento estiver instalado. Deve-se usar na lavagem, kit com bolsa coletora, pulverizador de pressão manual ou elétrico e bactericida.
- 6.2.3 Caso haja necessidade de eventual desinstalação da unidade evaporadora, o preço da desinstalação e posterior instalação deverá constar na proposta de preço da empresa.
- 6.2.4 Ao final de cada atendimento/serviço será obrigatoriamente emitido relatório de manutenção preventiva, onde conste, sucintamente, a descrição do equipamento, número de identificação (tombo), o estado de funcionamento e a descrição de todos os serviços realizados;
- 6.2.5 Em cada formulário de atendimento deverão constar as assinaturas do técnico da empresa CONTRATADA e do Servidor da respectiva Unidade atendida;
- 6.3 **ESCOPO** Os aparelhos instalados atualmente sobre os quais serão realizados os serviços de manutenção especificados neste Termo de Referência, estão quantificados e classificados por capacidade nos anexos V e VI e possuem as seguintes características:
- 6.3.1 Os aparelhos são de diversos fabricantes nacionais e importados;

6.3.2 Os aparelhos split são, em sua maioria, do tipo hi-wall.

## 7 DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT

7.1 A instalação de aparelho de ar condicionado é um serviço que implica em ações destinadas a promover a climatização interna de um ambiente utilizando equipamentos tipo split, realizado mediante o atendimento a Ordem de Serviço – OS, seguindo as etapas abaixo:

7.1.1 Recebida a OS, a contratada deverá comparecer ao local indicado e avaliar previamente o ambiente que será climatizado, inteirar-se da finalidade do condicionamento do ar no respectivo ambiente, observando as dimensões (largura, comprimento e altura), quantidade de pessoas e de equipamentos no local entre outras variáveis;

7.1.2 Durante a visita ao local onde será instalado o aparelho, a contratada deverá observar tecnicamente todas as variáveis que viabilizarão a instalação: o posicionamento previsto do aparelho (condensadora e evaporadora), levando em consideração facilidades e dificuldades da instalação com respeito a futura manutenção, as condições de ventilação, alimentação elétrica, dimensões, fixação e isolamento da rede frigorígena, bem como a adequada localização e inclinação da rede de descarga de água condensada (dreno);

7.1.3 A contratada emitirá relatório ou parecer assinado por profissional habilitado responsável, indicando as condições de instalação e observando todas as recomendações do fabricante, especialmente aquelas que dizem respeito à segurança da instalação e à manutenção da garantia;

7.1.4 Em todas as instalações a contratada deverá fornecer o kit de instalação compatível com o ar condicionado tipo split específico (marca, modelo, tipo, potência).

7.2 O kit de instalação, fornecido pela contratada, será composto de:

7.2.1 **Até 5 (cinco) metros de rede frigorígena** (tubos de cobre) curvas, joelhos, válvulas expansoras, difusores, **isolamento térmico individualizado por linha** e outros acessórios, nas dimensões recomendadas pelo fabricante do aparelho, que atendam à Norma da ABNT NBR 7541:2004;

7.2.2 **Até 5 (cinco) metros de rede elétrica** (cabo PP, na bitola e no número de linhas compatível com a máquina a ser instalada), que atendam às Normas da ABNT NBR 7297: 2010, ABNT NBR 7299: 2010, ABNT NBR 7301: 2010 e ABNT NBR 7576: 2010, terminais, conectores, parafusos e fixadores;

- 7.2.3 **Até 5 (cinco) metros de rede de dreno** (tubo PVC de 32 mm de diâmetro ou superior), curvas, joelhos, tês e outras conexões, abraçadeiras, parafusos e fixadores em quantidade suficiente para não formar bolsões por flexão do tubo;
- 7.2.4 Cantoneiras tipo “L”, suportes e fixadores fabricados em alumínio ou outros materiais resistentes à oxidação e em dimensões compatíveis e apropriadas para as instalações das unidades internas e externas;
- 7.2.5 Canaletas em PVC ou metálicas com acabamento esmaltado na cor branca nas dimensões adequadas para conter a rede frigorígena e elétrica de interligação entre as unidades interna e externa, de modo a manter a estética do ambiente onde foi instalado o equipamento;
- 7.2.6 Caso a interligação entre as unidades interna e externa (condensadora e evaporadora) dos aparelhos split seja realizada a uma distância superior a 5 (cinco) metros, definida no kit de instalação, a contratada cobrará o excedente à parte, conforme o valor do metro de rede de interligação constante da proposta de preços.
- 7.3 Após a instalação a contratada ficará responsável pela realização dos seguintes serviços:
- 7.3.1 Realizar teste de pressão para verificar vazamento das linhas internas e externas dos aparelhos, corrigindo-os, quando houver;
- 7.3.2 Realizar desidratação e limpeza da rede de gás com nitrogênio;
- 7.3.3 Retirar o ar do sistema com bomba de vácuo, quando necessário;
- 7.3.4 Realizar carga de gás refrigerante R-22 ou R-410A, quando necessário;
- 7.3.5 Colocar o aparelho em funcionamento (start-up) e realizar os testes finais na presença de servidor da Unidade atendida;
- 7.3.6 Orientar o servidor/usuário, sobre os comandos básicos e a utilização do aparelho (inclusive controle remoto) e seu funcionamento;
- 7.3.7 Fornecer garantia dos serviços prestados pelo período de 90 (noventa) dias a contar do recebimento definitivo, devendo corrigir prontamente as possíveis falhas ocorridas nesse período sem ônus para o contratante.
- 7.4 A Contratada deverá fornecer todo o ferramental e equipamentos utilizados na instalação, inclusive ferramentas elétricas, extensões, escadas e andaimes para realização de serviços em fachadas, quando necessário;

- 7.5 O prazo para atendimento das Ordens de Serviço solicitando instalação de aparelhos será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva OS;
- 7.6 No prazo determinado acima a contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na solicitação, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando proceder a instalação e colocar em funcionamento o aparelho;
- 7.7 O prazo para concluir os serviços de instalação será de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do prazo que consta no item 7.5.;
- 7.8 O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 7.6 e 7.7, ensejará a aplicação de penalidade contratual (multa calculada conforme item 16.1.1 deste documento e incidente sobre o valor do respectivo serviço) descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 7.9 Os aparelhos split novos que devem ser instalados têm capacidades entre 9.000 e 48.000 BTU's e são, em sua maioria do tipo hi-wall;

## **7A. INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM GARANTIA COM EVENTUAL SUBCONTRATAÇÃO**

7A.1. Para a instalação de equipamentos novos adquiridos pelo TRT5 em outros processos de compra de equipamentos, a Contratada, caso não seja assistência técnica autorizada do fabricante com prerrogativas suficientes para realizar a instalação preservando a garantia original do fabricantes, deverá subcontratar uma autorizada da marca para instalação desses equipamentos com o objetivo de preservar a garantia do fabricante original, pois esta somente se aplica na condição de que o equipamento seja instalado inicialmente por empresa de assistência técnica autorizada do fabricante. Se tal procedimento se justifica, pois se o mesmo não for respeitado, o TRT5 perde a garantia do fabricante, tendo que arcar com custos adicionais de manutenção.

7A.1.1. As regras de execução dos serviços se aplicam, no que couber, à(s) subcontratada(s), inclusive no que se refere às condições para o início dos serviços (item 19).

7A.2. Os requisitos do item 7 se aplicam, no que couber, à instalação de aparelhos de ar condicionado em garantia com eventual subcontratação.

## **8 DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT**

- 8.1 A desinstalação de aparelhos de ar condicionado tipo split é um serviço que implica em ações destinadas a promover a retirada dos equipamentos (unidades interna e externa, rede de interligação frigorígena, elétrica e drenos) responsáveis pela climatização interna de um ambiente, realizado mediante o atendimento a Ordem de Serviço – OS e seguindo as etapas abaixo:
- 8.1.1 Antes de executar o serviço de desinstalação de aparelhos tipo split, a contratada deverá visitar e avaliar o local e todas as condições de execução do serviço juntamente com um preposto do TRT5, a quem caberá agendar e autorizar o início do serviço, mediante a emissão de Ordem de Serviço;
- 8.1.2 Durante o serviço de desinstalação, a contratada deverá observar o cuidado e as boas técnicas para prevenir danos aos equipamentos retirados e à estrutura física da edificação e local onde estava instalado o equipamento, buscando minimizar os serviços de recuperação predial;
- 8.1.3 Durante os serviços de desinstalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, a contratada deverá recolher para o interior das máquinas todo o gás refrigerante do sistema, impedindo a sua liberação direta no meio ambiente;
- 8.1.4 Após o recolhimento/bombeamento do gás refrigerante e a completa desinstalação do aparelho, a empresa contratada não poderá retirar os equipamentos da Unidade onde os mesmos funcionavam.
- 8.2 Os equipamentos desinstalados serão imediatamente devolvidos ao TRT5 (Coordenadoria de Material e Logística), pela própria Unidade, no estado de conservação e funcionamento em que se encontram, juntamente com todos os seus acessórios e o kit de instalação (controles, suportes, redes de interligação entre as unidades, suportes, isolamentos térmicos, cantoneiras, abraçadeiras, parafusos, ganchos e outros), mediante emissão de guia interna de movimentação de bens permanentes;
- 8.3 O prazo para atendimento das Ordens de Serviço solicitando desinstalação de aparelhos será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva OS;
- 8.4 No prazo determinado acima a contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na solicitação, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando proceder a desinstalação completa do aparelho;

- 8.5 O prazo para concluir os serviços de desinstalação será de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do prazo definido em 8.3.
- 8.6 O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 8.3 e 8.5, ensejará a aplicação de penalidade contratual (multa calculada conforme item 16.1.1 deste documento e incidente sobre o valor do respectivo serviço) descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa;

## **9 DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

- 9.1 Sempre que o defeito apresentado exigir a substituição de peças, a contratada deverá fornecer e instalar sem custo adicional, objetivando a correção do defeito, conforme o nível de manutenção corretiva executado;
- 9.2 Todas as peças fornecidas deverão ser originais e novas (primeiro uso) além de possuir as mesmas especificações daquelas defeituosas, comprovada essa condição através de Nota Fiscal onde conste a especificação das peças substituídas;
- 9.3 Todas as peças fornecidas terão garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias contra defeitos de fabricação, de modo que durante a vigência da garantia a substituição da peça deverá ocorrer sem ônus para o TRT5.

## **10 DO RELATÓRIO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA**

- 10.1 Toda e qualquer intervenção da contratada deverá ser documentada em um relatório técnico de prestação de serviço que será elaborado seguindo os modelos constantes dos Anexos II, III e IV deste Termo de Referência;
- 10.2 O Relatório Técnico de Manutenção será circunstanciado e individualizado por aparelho, constando listagem dos serviços realizados e das peças substituídas contendo descrição completa e detalhada de cada peça, junto com seu fabricante/ modelo e número de identificação de modelo (*part number*), bem como a provável causa da falha ou defeito apresentado;
- 10.3 Em todo Relatório Técnico de Manutenção deverá constar obrigatoriamente a assinatura de um servidor efetivo do TRT5, que tenha acompanhado a realização do serviço e seja lotado na respectiva Unidade beneficiada pela execução dos serviços.
- 10.4 Ao longo do contrato a forma de apresentação do relatório poderá ser revisada pela Contratante a qualquer tempo, inclusive com relação ao meio físico,

podendo ser adotado relatório on-line por plataforma que permita acesso compartilhado.

## 11 DOS HORÁRIOS, LOCAIS E PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1 Os serviços de manutenção corretiva, preventiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado split) serão executados preferencialmente em dias e horários comerciais (segunda a sexta-feira das 08h00 às 18h00);
- 11.2 A contagem dos prazos definidos em horas úteis, se dará dentro do horário comercial, ou seja, das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira;
- 11.3 Eventualmente, quando não for possível executar os serviços em horário comercial, estes poderão ser realizados em caráter extraordinário em outros horários (segunda a sexta-feira das 18h00 às 08h00, ou sábados, domingos e feriados em horário integral), de modo que não seja afetado o funcionamento das Unidades Judiciais e Administrativas;
- 11.4 Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados preferencialmente nos locais onde estiverem instalados os aparelhos, exceto quando a natureza do reparo exigir a retirada do aparelho para conserto em bancada;
- 11.5 A retirada do aparelho para manutenção corretiva somente será realizada obedecendo as condições estabelecidas neste documento;
- 11.6 Os serviços serão prestados obedecendo aos prazos descritos neste documento e resumidos na Tabela 1 e extinguindo-se com o total restabelecimento do funcionamento do equipamento:

**TABELA 1 – Resumo dos prazos de Atendimento**

<b>Situação/Ocorrência</b>	<b>Prazo</b>
Atendimento/Avaliação técnica do defeito	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 1	Até 6 (seis) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 2	Até 8 (oito) horas úteis
Necessidade de prorrogação justificada de prazo para concluir Manutenção Corretiva (níveis 1 e 2)	Até 24 (vinte e quatro) horas



Devolução de aparelho retirado para manutenção corretiva fora do TRT	Até 5 (cinco) dias corridos
Atendimento/Avaliação técnica da instalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de instalação	Até 24 (vinte e quatro) horas
Atendimento/Avaliação técnica da desinstalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de desinstalação	Até 24 (vinte e quatro) horas

11.6.1 O não cumprimento dos prazos aqui estabelecidos ensejará a aplicação das penalidades previstas neste documento, no Contrato, no Edital da Licitação e na legislação em vigor;

11.6.2 A Ordem de Serviço (OS) será emitida exclusivamente pela Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP , Unidade do TRT 5ª Região responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato;

11.6.3 As Ordens de Serviço serão transmitidas à empresa contratada por e-mail ou telefone. A empresa terá uma hora para confirmar o recebimento do e-mail constando a emissão da ordem de serviço. Finalizado esse prazo, considera-se recebido o e-mail. Se a ordem de serviço for dada por telefone, a comprovação de recebimento desta será feita a partir do registro do nome do atendente e do registro do horário.

## 12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Durante a execução dos serviços a contratada ficará responsável por danos causados às instalações, equipamentos, móveis e objetos pertencentes ao contratante ou a terceiros, devendo zelar pela segurança dos servidores e usuários da Justiça do Trabalho;

12.2 Cabe à contratada zelar pela limpeza e organização do ambiente onde a equipe técnica estiver realizando serviços, de modo que sejam reduzidos os transtornos à rotina laboral da Unidade, devendo proteger o mobiliário, documentos e equipamentos da poeira, água e outros agentes poluentes gerados durante os serviços;

12.3 Responsabilizar-se pelo treinamento e qualificação técnica da mão de obra de seus funcionários para utilizar os equipamentos e produtos necessários para execução dos serviços;

- 12.4 Cabe à Contratada fornecer todo o material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução dos serviços, devendo os materiais empregados serem de primeira qualidade;
- 12.5 A retirada, quando necessária, e a entrega de quaisquer componentes será por conta e risco da Contratada, devendo, no entanto, ser precedida de autorização do Fiscal do Contrato, mediante recibo, com descrição do componente, contendo a data da retirada, bem como a previsão da data de devolução;
- 12.6 A Contratada responsabilizar-se-á pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos seus funcionários, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual – EPI's, adequados ao serviço;
- 12.7 Os técnicos da contratada deverão se apresentar, obrigatoriamente uniformizados, portando crachá e sua identificação deverá ser registrada pela Coordenadoria de Segurança do TRT5;
- 12.8 Sempre que exigido por este TRT, deverá ocorrer a substituição de técnico ou equipe da Contratada, caso a sua atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para o padrão de serviços exigido;
- 12.9 A Contratada obriga-se, também, a manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 12.10 Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes ao objeto, correrão por conta da contratada;
- 12.11 Responsabilizar-se pelo fornecimento de todo o ferramental, EPI, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços contratados;
- 12.12 Cumprir, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela IN, 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e da Resolução Nº 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

### **13 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 13.1 Providenciar a instalação dos pontos de energia elétrica para alimentação dos aparelhos split nos locais onde os mesmos ficarão instalados;

- 13.2 Realizar as obras civis necessárias à instalação dos aparelhos de ar condicionado tipo split para a passagem dos cabos e das tubulações de dreno e interligação das unidades interna e externa do aparelho;
- 13.3 Realizar os serviços de acabamentos, recuperação de paredes, lajes, rebocos, ajustes de esquadrias, ajustes de cortinas e forros, após a instalação ou desinstalação de aparelhos;
- 13.4 Coletar de maneira adequada a água de condensação lançada pelo dreno dos aparelhos de ar condicionado, interligando o dreno à rede de drenagem ou rede pluvial da edificação;
- 13.5 Observar, as exigências da Resolução 103/2012 do CSJT, que trata da sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho, no que couber;
- 13.6 Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN 01/2010, da SLTI/MPOG, no que couber.

#### **14 DA ESTIMATIVA DOS SERVIÇOS**

- 14.1 As quantidades estimadas de cada item de serviço ao longo do prazo contratual (20 meses) está indicada na planilha modelo de proposta constante do Anexo I.

#### **15 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 15.1 A fiscalização dos serviços objeto do presente contrato caberá a servidores do CMP-Coordenadoria de Manutenção e de Projetos que na condição de fiscal técnico e fiscal administrativo, terão as atribuições contidas nos artigos 5º e 6º do Ato TRT5 n.º 0210 de 15 de maio de 2014;
- 15.2 Caberá à fiscalização do contrato emitir o atestado nas faturas mensais da Contratada depois de realizar o acompanhamento dos serviços realizados no período e verificar sua conformidade com as exigências estabelecidas na contratação;
- 15.3 A gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizadas pela Coordenadoria de Manutenção e de Projetos – CMP;
- 15.4 A gestão administrativa e técnica, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por servidores efetivos do TRT5, lotados na Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP;

- 15.5 O Gestor do contrato deve ser servidor efetivo do TRT5 e profissional habilitado em Arquitetura ou Engenharia, em função da natureza técnica e especificidade do objeto contratado;
- 15.6 Os fiscais técnicos e administrativos serão designados para acompanhar a execução do contrato, de forma a assegurar o cumprimento do objeto contratual, trazendo aos autos do processo os elementos necessários e suficientes à compatibilização dos atos praticados pela fiscalização, assim como pelo recebimento dos serviços e por atestar as notas fiscais para pagamento;
- 15.6.1 O recebimento dos serviços de manutenção preventiva se dará:
- 15.6.1.1 Provisoriamente, ao final da realização de cada atendimento, com a emissão do formulário de atendimento on-line, seja ela planilha ou documentos do google previsto no item 6.2.5 e assinatura do responsável pela unidade demandante;
- 15.6.1.2 Definitivamente, ao final de cada mês mediante a apresentação dos relatórios de atendimento on-line, sejam eles planilhas ou documentos do google, contemplando todas as informações exigidas no item 6.2 para todos os equipamentos atendidos e aprovados pela Fiscalização.
- 15.6.2 O recebimento dos serviços de cada O.S. de manutenção corretiva, instalação ou desinstalação de equipamento se dará:
- 15.6.2.1 Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de teste de conformidade e verificação pela Fiscalização, ou profissional por ela indicado;
- 15.6.2.2 Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a realização de teste de conformidade e vistoria, mediante a apresentação do relatório previsto no item 10 deste Termo de Referência e lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.
- 15.7 O atestado sobre a condição da prestação dos serviços será elaborado pelos fiscais do contrato tendo por base a visita in loco, acrescidas de informações colhidas junto às diversas Unidades Judiciárias e Administrativas;
- 15.8 As pendências eventualmente verificadas, durante a execução do contrato, poderão configurar inexecuções contratuais, que após serem quantificadas de acordo com as regras contidas no Termo de Referência, implicarão na aplicação das penalidades contratuais, também previstas no referido documento;

- 15.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;
- 15.10 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscais e substitutos designados;
- 15.11 À Fiscalização do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- 15.12 Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade de acompanhamento e fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes;
- 15.13 É obrigação dos responsáveis pela fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência;
- 15.14 A Fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, não permitindo que as tarefas sejam executadas em desacordo com as preestabelecidas;
- 15.15 Os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização do contrato formalmente à CONTRATADA, quer seja por meio do Encarregado Geral ou diretamente ao Preposto, deverão ser respondidos em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;
- 15.16 Caso os esclarecimentos demandados impliquem indagações de caráter técnico, ou qualquer outra hipótese de exceção, deverá ser encaminhada, justificativa

formal, dentro do prazo supracitado, à Fiscalização do contrato, para que esta, caso entenda necessário, informe novo prazo de atuação da CONTRATADA;

15.17 As decisões, providências ou casos omissos que ultrapassem a competência da Fiscalização do contrato serão encaminhadas por escrito ao Chefe da Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP do TRT5, em tempo hábil para adoção das imediatas medidas saneadoras;

15.18 Além das disposições elencadas anteriormente, a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto na IN MPDG n.º 05/2017 e alterações posteriores.

## **16 DAS PENALIDADES**

16.1 Independente das penalidades contidas na legislação vigente e da possibilidade de ser responsabilizada na esfera civil e criminal, poderá ser aplicada à Contratada as seguintes multas:

16.1.1 Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da prestação mensal, por equipamento, por ocorrência de atraso injustificado, até o limite de 30% (trinta por cento) do seu valor; cumulando-se mensalmente até o cumprimento da obrigação, após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

16.1.2 Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato (20 meses), nos casos de inexecução total do objeto, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

16.1.2.1 Caracterizar-se-á como inexecução total, caso a contratada não execute os serviços contratados em até 48 horas, contados a partir dos prazos que constam na Tabela 1 do item 11.6.

16.1.3 Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação mensal, aplicada de forma proporcional, em caso de inexecução parcial do contrato, após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

16.1.3.1 Caracterizar-se-á como inexecução parcial, caso a contratada não execute os serviços contratados em até 24 horas, contados a partir dos prazos que constam na Tabela 1 do item 11.6 ou rescinda o contrato durante sua vigência com execução incompleta dos serviços contratados.

## **17 DA GARANTIA CONTRATUAL**

17.1 Por tratar-se de contrato de serviços de execução continuada, a CONTRATADA deverá apresentar uma das seguintes modalidades de garantia, conforme previsão do § 1º, Art. 56 da Lei 8.666/93, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

17.1.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

17.1.2 Seguro-garantia;

17.1.3 Fiança bancária;

17.2 A garantia será mantida durante toda a vigência do contrato e seu valor será atualizado nas mesmas condições e pelos mesmos índices de atualização do valor do contrato.

17.3 A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

17.3.1 Inobservância do prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo contratual fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **18 DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS**

18.1 Apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, constando os respectivos documentos de identificação;

18.2 Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo CREA-BA, referente aos serviços contratados, com respectivo comprovante de pagamento, devidamente atualizada a cada renovação contratual;

- 18.3 Indicação expressa dos prepostos para representar a CONTRATADA perante o TRT-5ª Região. Deverão ser apresentados no mínimo dois prepostos: um preposto técnico e outro administrativo/comercial, para tratar de assuntos técnicos e administrativos/comerciais, respectivamente;
- 18.4 Indicação expressa de números de telefones (comerciais, técnicos, emergência), e endereço de e-mail para realização dos chamados;
- 18.5 Comprovação, mediante cópia do contrato de trabalho ou prestação de serviços, de que a empresa possui em seu quadro de funcionários, o seguinte profissional:
  - 18.5.1 01 (um) técnico em refrigeração ou outro profissional tecnicamente habilitado para os serviços constantes do objeto do Contrato.
- 18.6 A empresa contratada deverá declarar que manterá profissionais com as qualificações citadas no item anterior até o final do contrato;
- 18.7 Caso ocorra a substituição do Responsável Técnico durante a vigência do contrato, a empresa deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE a Certidão de Acervo Técnico - CAT do novo profissional.
- 18.8 A Contratada tem um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar toda documentação exigida no item 18, após a assinatura do contrato.

## **19 DO PAGAMENTO**

- 19.1 Após a prestação de serviços mensais, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal ao CMP, Unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço;
- 19.2 O pagamento da nota fiscal será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do atestado de prestação dos serviços;
- 19.3 O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária, em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital;
- 19.4 Do valor da nota fiscal serão descontados valores referentes às retenções tributárias e penalidades eventualmente aplicadas à CONTRATADA;
- 19.5 A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o pagamento a partir do recebimento do documento corrigido;
- 19.6 A fatura deverá ser apresentada juntamente com os comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal;



- 19.7 Antes do pagamento, será confirmada a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
- 19.8 O faturamento dos serviços será mensal e conforme os valores totais unitários fixados pela CONTRATADA em sua proposta de preço (Anexo I). Em tal valor estarão incluídos:
- 19.8.1 Os serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado realizados no período, conforme valores unitários ofertados pela Contratada;
- 19.8.2 Todas as peças e acessórios utilizados na manutenção;
- 19.8.3 Os insumos, tributos, taxas, fretes e outras despesas decorrentes da prestação de serviços.

## **20 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 20.1 Concluído o processo licitatório, será formalizado instrumento contratual com vigência inicial de 20 (vinte) meses a partir de sua assinatura;
- 20.2 O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante assinatura de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, depois de verificada a necessidade e vantajosidade para a Administração na continuidade do contrato, conforme inciso II do art. 57, da Lei n.º 8.666/93, podendo ser alterado, conforme art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 20.3 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço - OS emitida pelo fiscal do contrato.
- 20.4 A contratada poderá requerer o reajuste do valor do contrato após 12 meses da data da proposta. O índice de reajuste deverá ser o INCC ou, na extinção deste, outro que eventualmente o substitua.

## **21 DOS ANEXOS**

- 21.1 Anexo I – Modelo de Proposta de Preços
- 21.2 Anexo II – Modelo de Relatório de Manutenção Corretiva em Aparelho de Ar Condicionado
- 21.3 Anexo III – Modelo de Relatório de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado
- 21.4 Anexo IV – Modelo de Relatório de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado
- 21.5 Anexo V – Quantitativo aproximado de Aparelhos tipo janela instalados e suas capacidades

- 21.6 Anexo VI - Quantitativo aproximado de Aparelhos tipo split instalados e suas capacidades
- 21.7 ANEXO VII – TERMO DE VISTORIA
- 21.8 ANEXO VIII – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA
- 21.9 ANEXO IX – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO
- 21.10 ANEXO X – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO

**Anexo I do Termo de Referência - Modelo de Proposta de Preços**

*(a proposta deverá ser apresentada em papel timbrado com o logotipo da licitante)*

**RAZÃO SOCIAL: CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE: FAX: E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS: Banco: Agência: Conta corrente:**

**1. VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ .....(xxxxxxxxxxx reais);**

**2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da data da proposta;**

**3. PRAZOS DE GARANTIA: 90 (noventa) dias contados do recebimento definitivo, para a prestação de serviços e 180 (cento e oitenta) dias para peças, materiais e acessórios fornecidos e instalados pela contratada, durante o qual serão prestados serviços de manutenção, instalação e desinstalação, sem ônus adicionais para o TRT-5.**

**4. DETALHAMENTO DA PROPOSTA: MANUTENÇÃO CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO**

Item	SERVIÇO	UNID	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 20 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção Corretiva Nível 1 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	4		
2	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	33		
3	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	55		
4	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	12		
5	Manutenção Corretiva Nível 2 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	4		
6	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	11		
7	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	20		
8	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	UNID	5		
9	Instalação de ACJ até 27.000 BTU/h conforme detalhamento do item 7 do	UNID	4		

	Termo de Referência.				
10	Instalação eventual de Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência.	UNID	10		
11	Instalação eventual de Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência.	UNID	35		
12	Instalação eventual de Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência.	UNID	10		
13	Desinstalação eventual de ACJ qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	UNID	4		
14	Desinstalação eventual de Split qualquer capacidade conforme detalhamento do item 8 do Termo de Referência	UNID	30		
15	Fornecimento e instalação de rede frigorígena excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	metro	30		
16	Fornecimento e instalação de rede de drenagem excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	metro	30		
17	Fornecimento e instalação de rede elétrica excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	metro	30		
<b>TOTAL GERAL (MANUTENÇÃO CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO)</b>					

**PROPOSTA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA CONFORME DETALHAMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANTIDADE DE APARELHOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL (unit. x 71)	PREÇO TOTAL EM 20 MESES (mensal x 20)
18	Manutenção preventiva mensal em Aparelho de ar condicionado SPLIT ou ACJ de qualquer potência conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidade	71		FL	
<b>TOTAL GERAL (MANUTENÇÃO PREVENTIVA)</b>						

DESCRIÇÃO	VALOR EM 20 MESES
<b>TOTAL GERAL (MANUTENÇÃO PREVENTIVA)</b>	
<b>TOTAL GERAL (MANUTENÇÃO CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO)</b>	
<b>TOTAL DO CONTRATO EM 20 MESES</b>	

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
*Razão social da empresa proponente*  
CNPJ:

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do representante legal*  
Cargo:  
*Carteira de identidade n.º:*  
*CPF n.º*

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA- RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM APARELHO DE AR CONDICIONADO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO APARELHO</b>	
TOMBO	
MARCA	
MODELO	
CAPACIDADE (BTUs)	
TIPO	
LOCAL DE INSTALAÇÃO	
NÚMERO DO CHAMADO	
<b>2. DEFEITO APRESENTADO</b>	
NÃO LIGA	
LIGA, MAS NÃO VENTILA	
VENTILA, MAS NÃO RESFRIA	
FUNCIONA PRECARIAMENTE FORMANDO GELO	
FUNCIONA PRECARIAMENTE COM VAZAMENTO DE ÁGUA OU GÁS	
FUNCIONA PRECARIAMENTE COM BARULHO ANORMAL	
OUTROS, ESPECIFICAR:	
<b>3. SERVIÇOS REALIZADOS E PEÇAS SUBSTITUÍDAS</b>	
<b>4. MOTIVO DO DEFEITO</b>	
AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EQUIPAMENTO	
MAU USO DO EQUIPAMENTO	
OUTROS, ESPECIFICAR:	
<b>5. CONCLUSÕES SOBRE O ATUAL FUNCIONAMENTO</b>	
O APARELHO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO POR OUTRO? ( ) SIM ( ) NÃO POR QUE:	
TÉCNICO TERCEIRIZADO:	
HORA DE ATENDIMENTO:	
HORA DE CONCLUSÃO DO SERVIÇO:	

DATA DE ATENDIMENTO:	
SERVIDOR DO TRT:	
NOME:	
MATRÍCULA:	

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - RELATÓRIO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR  
CONDICIONADO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO APARELHO</b>	
TOMBO	
MARCA	
MODELO	
CAPACIDADE (BTUs)	
TIPO	
LOCAL DE INSTALAÇÃO	
NÚMERO DO CHAMADO	
<b>2. SITUAÇÃO DO LOCAL DE INSTALAÇÃO</b>	
PONTO DA REDE ELÉTRICA	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
VENTILAÇÃO DO APARELHO	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
LOCALIZAÇÃO DO APARELHO (SPLIT)	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (SPLIT)	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE EXTERNA (SPLIT)	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUA CONDENSADA	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
CONDIÇÕES DE FIXAÇÃO DO APARELHO	<input type="checkbox"/> OK
	<input type="checkbox"/> PENDÊNCIA:
<b>3. SERVIÇOS REALIZADOS</b>	
<b>4. FUNCIONAMENTO DO APARELHO</b>	
TÉCNICO TERCEIRIZADO:	
HORA DE ATENDIMENTO:	
HORA DE CONCLUSÃO DO SERVIÇO:	
DATA DE ATENDIMENTO:	



SERVIDOR DO TRT:	
NOME:	
MATRÍCULA:	

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA- RELATÓRIO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR  
CONDICIONADO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO APARELHO</b>	
TOMBO	
MARCA	
MODELO	
CAPACIDADE (BTUs)	
TIPO	
LOCAL DE INSTALAÇÃO	
NÚMERO DO CHAMADO	
<b>2. SITUAÇÃO DO LOCAL ONDE ESTAVA O APARELHO</b>	
SERÁ INSTALADO OUTRO APARELHO NO LOCAL?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
O DRENO ESTÁ DESOBSTRUÍDO E LIGADO À REDE DE DRENAGEM?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
O PONTO ELÉTRICO ESTÁ FUNCIONANDO?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
A ABERTURA DA PAREDE FOI FECHADA?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
OS SUPORTES (INTERNO E EXTERNO) FORAM RETIRADOS?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
OS DUTOS DE GÁS, DRENOS E CABOS ELÉTRICOS FORAM RETIRADOS?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
FOI REALIZADA LIMPEZA GERAL DO LOCAL?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
OBSERVAÇÕES:	
<b>3. SITUAÇÃO DO APARELHO RETIRADO</b>	
O APARELHO FUNCIONA?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
ESTÁ REFRIGERANDO?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
O DRENO ESTÁ FUNCIONANDO?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
O APARELHO RETIRADO TEM CONTROLE REMOTO?	<input type="checkbox"/> SIM

	<input type="checkbox"/> NÃO
AS CANTONEIRAS E SUPORTES ACOMPANHAM O APARELHO?	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
OUTROS ACESSÓRIOS ACOMPANHAM O APARELHO RETIRADO	<input type="checkbox"/> SIM
	<input type="checkbox"/> NÃO
	QUAIS?
O APARELHO RETIRADO COM TODOS OS SEUS ACESSÓRIOS LISTADOS FOI DEVOLVIDO NESTA DATA AO SERVIDOR _____ LOTADO NA _____	
TÉCNICO TERCEIRIZADO:	
HORA DE ATENDIMENTO:	
HORA DE CONCLUSÃO DO SERVIÇO:	
DATA DE ATENDIMENTO:	
SERVIDOR DO TRT	
NOME:	
MATRÍCULA:	

**Anexo V DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**QUANTITATIVO APROXIMADO DE APARELHOS TIPO JANELA INSTALADOS E SUAS CAPACIDADES**

<i>Cidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade (BTU's)</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Feira de Santana</i>	<i>Janela</i>	<i>18500</i>	<i>1</i>
<i>Total de aparelhos de Janela instalados</i>			<i>1</i>

**Anexo VI DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**QUANTITATIVO APROXIMADO DE APARELHOS TIPO SPLIT INSTALADOS E SUAS CAPACIDADES**

<i>Cidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade (BTU's)</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Alagoinhas</i>	<i>split</i>	<i>9.000</i>	<i>4</i>
		<i>12.000</i>	<i>3</i>
		<i>18.000</i>	<i>5</i>
		<i>29.000</i>	<i>6</i>
		<i>30.000</i>	<i>1</i>
		<i>48.000</i>	<i>8</i>
<i>Feira de Santana</i>	<i>split</i>	<i>9.000</i>	<i>4</i>
		<i>12.000</i>	<i>7</i>
		<i>18.000</i>	<i>18</i>
		<i>22.000</i>	<i>2</i>
		<i>24.000</i>	<i>5</i>
		<i>30.000</i>	<i>7</i>
<i>Total de Splits Instalados</i>			<i>70</i>

## ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA - Termo de Vistoria

Pelo presente Termo de Vistoria e após visita técnica ao Fórum Trabalhista da cidade de \_\_\_\_\_, declaramos **ter conhecimento** de todas as condições necessárias à execução dos serviços inerentes ao objeto do contrato.

Salvador, \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Preposto (nome, RG e CREA): \_\_\_\_\_

Data da vistoria técnica: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Assinatura do preposto: \_\_\_\_\_

Servidor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos acompanhante da vistoria (nome / matrícula):

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - CMP

ANEXO VIII DO TERMO REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

ORDEM DE SERVIÇO	ABERTURA DA OS	___/___/___	HORÁRIO	
N. DA OS:	ATENDIMENTO DO CHAMADO	___/___/___	HORÁRIO	
N. DO CHAMADO:	TÉRMINO DA OS	___/___/___	HORÁRIO	
PROAD:	TÉCNICO RESPONSÁVEL			
	EMPRESA RESPONSÁVEL			

**DADOS DO EQUIPAMENTO**

TOMBO	UNIDADE OU DEPARTAMENTO			
FÓRUM				
CAPACIDADE EM BTUs				
TIPO DE EQUIPAMENTO	SPLIT ( ) ( ) JANELA			

**DESCRIÇÃO DO PROBLEMA**


**TESTES EXECUTADOS**


<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>					

<b>PRODUTOS UTILIZADOS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANTIDADE</b>

<b>APROVAÇÃO</b>	<b>DATA:</b>
<b>FISCAL:</b>	<b>ASSINATURA:</b>
<b>TÉCNICO RESPONSÁVEL:</b>	<b>ASSINATURA:</b>





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - CMP**

**ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR  
CONDICIONADO**

<b>ORDEM DE SERVIÇO</b>	<b>ABERTURA DA OS</b>	___/___/___	<b>HORÁRIO</b>	
<b>N. DA OS:</b>	<b>ATENDIMENTO DO CHAMADO</b>	___/___/___	<b>HORÁRIO</b>	
<b>N. DO CHAMADO:</b>	<b>TÉRMINO DA OS</b>	___/___/___	<b>HORÁRIO</b>	
<b>PROAD:</b>	<b>TÉCNICO RESPONSÁVEL</b>			
	<b>EMPRESA RESPONSÁVEL</b>			

**DADOS DO EQUIPAMENTO**

<b>TOMBO</b>	<b>UNIDADE OU DEPARTAMENTO</b>			
<b>FÓRUM</b>				
<b>CAPACIDADE EM BTUs</b>				
<b>TIPO DE EQUIPAMENTO</b>	SPLIT ( ) ( ) JANELA			

**TESTES EXECUTADOS**


**SERVIÇOS PRESTADOS**


--	--	--	--	--	--

PRODUTOS UTILIZADOS		
DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE

--	--	--	--	--	--

<b>APROVAÇÃO</b>	<b>DATA:</b>
<b>FISCAL:</b>	<b>ASSINATURA:</b>
<b>TÉCNICO RESPONSÁVEL:</b>	<b>ASSINATURA:</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - CMP

ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE  
DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO

ORDEM DE SERVIÇO	ABERTURA DA OS	___/___/___	HORÁRIO	
N. DA OS:	ATENDIMENTO DO CHAMADO	___/___/___	HORÁRIO	
N. DO CHAMADO:	TÉRMINO DA OS	___/___/___	HORÁRIO	
PROAD:	TÉCNICO RESPONSÁVEL			
	EMPRESA RESPONSÁVEL			

**DADOS DO EQUIPAMENTO**

TOMBO	UNIDADE OU DEPARTAMENTO	
FÓRUM		
CAPACIDADE EM BTUs		
TIPO DE EQUIPAMENTO	SPLIT ( ) ( ) JANELA	

**SERVIÇOS PRESTADOS**


**ITENS REMOVIDOS**

DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE


<b>APROVAÇÃO</b>			<b>DATA:</b>		
<b>FISCAL:</b>			<b>ASSINATURA:</b>		
<b>TÉCNICO RESPONSÁVEL:</b>			<b>ASSINATURA:</b>		

(TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO II DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**

.....(NOME DO LICITANTE), CNPJ  
n.º ....., ciente das implicações do art. 78 da lei 8.666/93, sem prejuízo  
das sanções penais previstas, com base no art. 27, V do mesmo regulamento, declara não possuir  
no seu quadro de funcionários menores de 18 anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre, nem menores de 16 anos exercendo qualquer trabalho, ressalvada a possibilidade de  
contratação de aprendizes a partir de 14 anos.

Salvador,            de    de

\_\_\_\_\_  
Diretor / Representante Responsável  
(Nome legível)



**(TIMBRE DA EMPRESA)**

**ANEXO IV DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Licitação: \_\_\_\_\_

.....(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de .....(Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item ..... do Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da .....(identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da .....(identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da .....(identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da ..... (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da ..... (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da ..... (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de ..... (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador,                      de    de

\_\_\_\_\_  
Diretor / Representante Responsável  
(Identificação Completa)





(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO VI DO EDITAL

DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PREVISTA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

.....(NOME DO LICITANTE),  
CNPJ N.º ....., declara sob as penas da lei que os serviços são prestados por empresa com reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Salvador,                  de                                  de

\_\_\_\_\_  
Diretor / Representante Responsável  
(Nome legível)



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Coordenadoria de Material e Logística

### **ANEXO VII DO EDITAL**

### **ESTIMATIVA DE PREÇOS E LIMITE DE ADMISSIBILIDADE DAS PROPOSTAS**

#### **GRUPO ÚNICO**

<b>Item</b>	<b>Produto/serviço</b>	<b>Und.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Preço Unit</b>	<b>Preço Total</b>
1	Manutenção Corretiva Nível 1 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	4	410,82	<b>1.643,28</b>
2	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	33	410,64	<b>13.551,12</b>
3	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	55	518,49	<b>28.516,95</b>
4	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	12	569,51	<b>6.834,12</b>
5	Manutenção Corretiva Nível 2 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	4	733,95	<b>2.935,80</b>
6	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	11	829,30	<b>9.122,30</b>
7	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	20	1.026,95	<b>20.539,00</b>
8	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	5	1.305,63	<b>6.528,15</b>
9	Instalação de ACJ até 27.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	4	110,61	<b>442,44</b>
10	Instalação eventual de Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10	521,82	<b>5.218,20</b>
11	Instalação eventual de Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	35	554,27	<b>19.399,45</b>
12	Instalação eventual de Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10	829,40	<b>8.294,00</b>
13	Desinstalação eventual de ACJ qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	4	90,83	<b>363,32</b>
14	Desinstalação eventual de Split qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	30	250,65	<b>7.519,50</b>
15	Fornecimento e instalação de rede frigorígena excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30	82,71	<b>2.481,30</b>
16	Fornecimento e instalação de rede de drenagem excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30	31,16	<b>934,80</b>
17	Fornecimento e instalação de rede elétrica excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30	18,21	<b>546,30</b>
18	Manutenção preventiva mensal em aparelho de ar condicionado Split ou ACJ de qualquer potência conforme detalhamento (71 aparelhos x 20 meses = 1.420 manutenções)	Unidades	1420	101,19	<b>143.689,80</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 278.559,83</b>

CatSer: 2771 - Ar condicionado - manutenção de sistemas , limpeza

(TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO VIII DO EDITAL**

**PLANILHA DE COTAÇÃO**

Processo: \_\_\_\_\_

Pregão Eletrônico: \_\_\_\_\_

**GRUPO ÚNICO**

Item	Produto/serviço	Und.	Quant.	Preço Unit	Preço Total
1	Manutenção Corretiva Nível 1 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	4		
2	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	33		
3	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	55		
4	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	12		
5	Manutenção Corretiva Nível 2 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	4		
6	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	11		
7	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	20		
8	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	5		
9	Instalação de ACJ até 27.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	4		
10	Instalação eventual de Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10		
11	Instalação eventual de Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	35		
12	Instalação eventual de Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10		
13	Desinstalação eventual de ACJ qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	4		
14	Desinstalação eventual de Split qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	30		
15	Fornecimento e instalação de rede frigorígena excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
16	Fornecimento e instalação de rede de drenagem excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
17	Fornecimento e instalação de rede elétrica excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
18	Manutenção preventiva mensal em aparelho de ar condicionado Split ou ACJ de qualquer potência conforme detalhamento (71 aparelhos x 20 meses = 1.420 manutenções)	Unidades	1420		
<b>TOTAL GERAL</b>					

CatSer: 2771 - Ar condicionado - manutenção de sistemas , limpeza

DADOS DA EMPRESA		DADOS DO RESP.PELA ASSINATURA DO ACORDO ADMINISTRATIVO	
Razão Social		Nome	
CNPJ		Estado civil	
Insc. Estadual		Profissão	
Insc. Municipal		CPF	
Telefone		Identidade	
Fax		Domicílio	
E-mail		cargo	
Banco			
Agência			
Conta-Corrente			
Praça Pagamento			
Endereço			

Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(Local) (Data) (Assinat. Rep. Legal)

### **Instruções de Preenchimento da Proposta de Preços**

1. Todos os dados da proposta deverão ser preenchidos.
2. Prazo de validade das propostas (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
3. Prazo de execução (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
4. Prazo de substituição (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
5. Prazo de garantia e validade dos produtos (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
6. Os dados informados não poderão, em hipótese alguma, contrariar ou estabelecer condições diferentes daquelas previstas no Edital e seus anexos, sob pena de desclassificação da proposta.
7. As marcas, quando for o caso, ofertadas devem atender às especificações exigidas, observando-se como parâmetro de qualidade aquelas de referência indicadas pelo Tribunal.

**OBS. O VALOR A SER CONSIDERADO PARA AS PROPOSTAS E OS LANCES DEVERÁ SER O VALOR REFERENTE PARA VINTE MESES**

## ANEXO IX DO EDITAL

### MINUTA DO CONTRATO

#### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT E DE JANELA NAS UNIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO EM ALAGOINHAS E FEIRA DE SANTANA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO E A EMPRESA...**

Pelo presente contrato a União, neste ato representada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Bela Vista do Cabral, 121, Bairro de Nazaré, Salvador/BA., inscrito no CGC/MF sob o nº 02.839.639/0001-90, neste ato representada por seu Diretor Geral, Tarcísio Filgueiras, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa....., sediada na ....., inscrita no CNPJ/CPF sob o nº ....., Inscrição Estadual nº....., neste ato representada por seu Diretor/Gerente....., CPF nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo 12323/2020, Pregão Eletrônico nº 053/20, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado tipo split e de janela, nas Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região localizadas em Alagoinhas e Feira de Santana, nos termos e condições constantes deste Pregão Eletrônico e em conformidade com as especificações e quantitativo do **Anexo I**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS** – As características técnicas dos serviços estão indicadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), e nos demais documentos que são parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, e que a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente, competindo-lhe, também, observar as normas técnicas específicas e quaisquer outras que forem recomendadas pela Fiscalização do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Além dos documentos já mencionados, integram, também, este contrato, independentemente de transcrição, o Edital da licitação mencionado, com todos os seus anexos, a proposta da CONTRATADA apresentada com os documentos que a compõem, bem assim toda a correspondência trocada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA no período compreendido entre a data do Edital e a assinatura deste contrato, ficando esclarecido que, na hipótese de manifesta divergência entre disposições de quaisquer desses documentos e as deste contrato, prevalecerão, sempre as disposições contratuais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, HORÁRIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** – Os serviços serão prestados obedecendo aos prazos descritos no Termo de Referência (ANEXO I do Edital) e resumidos na Tabela abaixo (item 11.6 do Termo de Referência), extinguindo-se com o total restabelecimento do funcionamento do equipamento.

**TABELA 1 – Resumo dos prazos de Atendimento**

<b>Situação/Ocorrência</b>	<b>Prazo</b>
Atendimento/Avaliação técnica do defeito	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 1	Até 6 (seis) horas úteis
Concluir a Manutenção Corretiva - Nível 2	Até 8 (oito) horas úteis
Necessidade de prorrogação justificada de prazo para concluir Manutenção Corretiva (níveis 1 e 2)	Até 24 (vinte e quatro) horas
Devolução de aparelho retirado para manutenção corretiva fora do TRT	Até 5 (cinco) dias corridos
Atendimento/Avaliação técnica da instalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de instalação	Até 24 (vinte e quatro) horas
Atendimento/Avaliação técnica da desinstalação	Até 4 (quatro) horas úteis
Concluir o serviço de desinstalação	Até 24 (vinte e quatro) horas

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A contagem dos prazos definidos em horas úteis, se dará dentro do horário comercial, ou seja, das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os Locais de execução dos serviços bem como os horários de execução **obedecerão ao disposto nos itens 1.1 e 11 do Termo de Referência** (ANEXO I do Edital), respectivamente.

**CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO** – Os trabalhos serão realizados por execução indireta em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com os termos do edital e deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO** - Pela execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor correspondente ao total dos serviços efetivamente realizados e devidamente discriminados na nota fiscal, observando os valores unitários na tabela abaixo:

**GRUPO ÚNICO**

<b>Item</b>	<b>Produto/serviço</b>	<b>Und.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Preço Unit</b>	<b>Preço Total</b>
1	Manutenção Corretiva Nível 1 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	4		
2	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	33		
3	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	55		
4	Manutenção Corretiva Nível 1 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	12		
5	Manutenção Corretiva Nível 2 em ACJ até 18.500 BTU/h conforme detalhamento do Termo de	Unidades	4		

	Referência				
6	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	11		
7	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	20		
8	Manutenção Corretiva Nível 2 em Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do Termo de Referência	Unidades	5		
9	Instalação de ACJ até 27.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	4		
10	Instalação eventual de Split até 12.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10		
11	Instalação eventual de Split acima de 12.000 até 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	35		
12	Instalação eventual de Split acima de 30.000 BTU/h conforme detalhamento do item 6 do Termo de Referência.	Unidades	10		
13	Desinstalação eventual de ACJ qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	4		
14	Desinstalação eventual de Split qualquer capacidade conforme detalhamento do item 7 do Termo de Referência	Unidades	30		
15	Fornecimento e instalação de rede frigorígena excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
16	Fornecimento e instalação de rede de drenagem excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
17	Fornecimento e instalação de rede elétrica excedente para Split qualquer capacidade, conforme Termo de Referência.	Metros	30		
18	Manutenção preventiva mensal em aparelho de ar condicionado Split ou ACJ de qualquer potência conforme detalhamento (71 aparelhos x 20 meses = 1.420 manutenções)	Unidades	1420		
<b>TOTAL GERAL</b>					

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O preço total estimado para **os 20 (vinte) meses** é de R\$ XXXXXXXX”.

**CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA após a execução completa do serviço especificado, **nos termos do item 19 do Termo de Referência**, em moeda corrente nacional, através de ordem bancária para o estabelecimento indicado pela(s) empresa(s) vencedora(s), **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, desde que apresentada a correspondente Nota Fiscal, em duas vias, contendo o número da Nota de Empenho, número do processo e domicílio bancário, atestada pelo setor competente, no Protocolo do Órgão requisitante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Se a empresa for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria de Receita Federal, com as alterações dadas pela IN 1244, de 30/01/2012, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções em relação aos tributos federais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A nota fiscal/fatura não aprovada por esta CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido no parágrafo segundo acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O atraso no pagamento acarretará a incidência de encargos moratórios, calculados entre a data final prevista para o pagamento e o dia de sua efetivação, correspondentes ao valor do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por dia de atraso, ou fração deste, aplicados “pro rata tempore”, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para a mora.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, o

Licitante vencedor apresentar, no prazo de máximo de 04 (quatro) dias úteis, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial do contrato, decorrente de infração ao inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Havendo qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa na forma como apresentada, por solicitação da fiscalização, o pagamento poderá ser glosado, dependendo eventual pagamento restante de diferença, se houver, após adoção pela CONTRATADA de providências das medidas saneadoras necessárias para esse fim, ou, se for o caso, a fiscalização poderá solicitá-la formalmente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO** – O prazo de vigência do contrato será de **20 (vinte) meses**, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 5ª Região, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, podendo ser alterado, conforme art. 65 da Lei no 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço - OS emitida pelo fiscal do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contratada poderá requerer o reajuste do valor do contrato após 12 meses da data da proposta. O índice de reajuste deverá ser o INCC ou, na extinção deste, outro que eventualmente o substitua.

**CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO DA DESPESA** - Para atender às despesas decorrentes do objeto a que se refere o presente, o CONTRATANTE emitiu a favor da CONTRATADA a nota de pré-empenho 2020PE000235 no valor total de R\$ 139.277,90 (cento e trinta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa centavos) - ELEMENTO ORÇAMENTÁRIO: 339039 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, para o EXERCÍCIO DE 2021.

**CLÁUSULA NONA - ENCARGOS DO CONTRATANTE** - Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Providenciar a instalação dos pontos de energia elétrica para alimentação dos aparelhos split nos locais onde os mesmos ficarão instalados;
- b) Realizar as obras civis necessárias à instalação dos aparelhos de ar condicionado tipo split para a passagem dos cabos e das tubulações de dreno e interligação das unidades interna e externa do aparelho;
- c) Realizar os serviços de acabamentos, recuperação de paredes, lajes, rebocos, ajustes de esquadrias, ajustes de cortinas e forros, após a instalação ou desinstalação de aparelhos;
- d) Coletar de maneira adequada a água de condensação lançada pelo dreno dos aparelhos de ar condicionado, interligando o dreno à rede de drenagem ou rede pluvial da edificação;
- e) Observar, as exigências da Resolução 103/2012 do CSJT, que trata da sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho, no que couber;
- f) Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN 01/2010, da SLTI/MPOG e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, no que couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA - ENCARGOS DA CONTRATADA** - Obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços, por danos causados às instalações, equipamentos, móveis e objetos pertencentes ao contratante ou a terceiros, devendo zelar pela segurança dos servidores e usuários da Justiça do Trabalho;



- b) Zelar pela limpeza e organização do ambiente onde a equipe técnica estiver realizando serviços, de modo que sejam reduzidos os transtornos à rotina laboral da Unidade, devendo proteger o mobiliário, documentos e equipamentos da poeira, água e outros agentes poluentes gerados durante os serviços;
- c) Responsabilizar-se pelo treinamento e qualificação técnica da mão de obra de seus funcionários para utilizar os equipamentos e produtos necessários para execução dos serviços;
- d) Fornecer todo o material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução dos serviços, devendo os materiais empregados serem de primeira qualidade;
- e) Responsabilizar-se pela retirada, quando necessária, bem como pela entrega de quaisquer componentes, que serão precedidas de autorização do Fiscal do Contrato, mediante recibo, com descrição do componente, contendo a data da retirada, bem como a previsão da data de devolução;
- f) Responsabilizar-se pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos seus funcionários, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual – EPI's, adequados ao serviço;
- g) Apresentarem-se, os técnicos da contratada, obrigatoriamente uniformizados, portando crachá e sua identificação deverá ser registrada pela Coordenadoria de Segurança do TRT5;
- h) Substituir técnico ou equipe da Contratada, sempre que exigido por este TRT, caso a sua atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para o padrão de serviços exigido;
- i) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- j) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes ao objeto;
- k) Responsabilizar-se pelo fornecimento de todo o ferramental, EPI, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços contratados;
- l) Cumprir, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela IN, 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e da Resolução Nº 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**1. Manutenção corretiva:** Compreende a realização eventual, mediante atendimento a Ordem de Serviço, de reparos em equipamentos de ar condicionado tipo split ou janela que tenham apresentado defeito ou falha de funcionamento comprometendo sua função principal ou quaisquer de suas funções secundárias. A execução da manutenção corretiva envolve um conjunto de ações que objetivam o restabelecimento do perfeito funcionamento ou da integridade física de um equipamento específico integrante do sistema de ar condicionado de uma Unidade;

1.1 O procedimento inicial da manutenção corretiva é a avaliação, a análise técnica detalhada das condições do aparelho e o levantamento do motivo da falha ou defeito apresentado que impede o perfeito funcionamento da máquina:

**1.2 O prazo para atendimento das Ordens de Serviço emitidas pelo Contratante será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva Ordem de Serviço – OS, sob pena de aplicação de penalidade contratual;**

1.3 No prazo determinado acima, a Contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na OS, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando restabelecer o perfeito funcionamento do aparelho;

1.4 Concluída a análise técnica e identificado o motivo da falha, a Contratada deverá buscar a sua imediata correção, aplicando a necessária substituição de peças, componentes eletrônicos, soldas, carga de gás, regulagens, ajustes e outros serviços realizados no local indicado na OS por profissionais técnicos especializados e preparados para tal ação;

1.5 Quando houver justificada necessidade de peças e serviços complexos para restabelecer o perfeito funcionamento de um equipamento, o prazo de conclusão dos serviços poderá ser estendido por até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da respectiva OS, mediante justificativa técnica por escrito e fundamentada.

1.6 A manutenção corretiva possuirá dois níveis de serviço:

1.6.1 A manutenção corretiva nível 1 compreenderá a realização de todos os serviços, incluindo exemplificadamente as soldas e as cargas de gás, fornecimento e substituição de todas as peças, acessórios e controle remoto, elementos de suportação, vedação infraestrutura de drenos e tubulações de líquido e gás, cabos e conexões elétricas, isolamento térmico, proteções mecânicas, exceto substituição de compressores, motores-ventiladores, placas eletrônicas de comando das unidades e serpentinas evaporadoras, necessários à imediata correção do defeito apresentado no aparelho;

1.6.2 A manutenção corretiva nível 2 compreenderá a realização de todos os serviços, que incluam a substituição compressores, motores-ventiladores, placas eletrônicas de comando das unidades e serpentinas evaporadoras, necessários à imediata correção do defeito apresentado no aparelho;

1.7 A proposta de preços da contratada deverá conter valores diferenciados para as manutenções corretivas realizadas, conforme o nível de serviço executado em cada uma delas

1.8 O fornecimento de peças, a realização de soldas e a aplicação de carga de gás (R-22 e R-410A), estão incluídas em todas as modalidades de serviços executados pela contratada, estando vedada a cobrança individualizada de tais itens.

1.9 O **restabelecimento do funcionamento do equipamento** deverá ocorrer obedecendo aos seguintes prazos:

1.9.1 Para manutenção corretiva nível 1 - **6 (seis) horas úteis** contadas do término da avaliação técnica definida em 1.1, sob pena de aplicação de penalidade contratual;

1.9.2 Para manutenção corretiva nível 2 - **8 (oito) horas úteis** contadas, do término da avaliação técnica definida em 1.1 sob pena de aplicação de penalidade contratual;

1.10 O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 1.2, 1.9.1 e 1.9.2 supra, ensejará a aplicação de multa calculada **conforme a Cláusula Décima Quarta**, incidente sobre o valor do respectivo serviço, descontada do valor da fatura de

serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

1.11 Nos casos em que for necessário retirar o aparelho do local onde o mesmo está instalado para que seja realizada a manutenção corretiva, a contratada deverá comunicar por escrito ao fiscal do contrato, obedecendo às seguintes condições:

1.11.1 Observar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução e instalação do aparelho pertencente ao TRT devidamente consertado. Nesta operação, a empresa contratada não poderá cobrar pela desinstalação e reinstalação e/ou transporte do aparelho, já que o mesmo foi retirado por necessidade técnica de manutenção corretiva, cabendo tão somente a cobrança pela manutenção corretiva (nível 1 ou nível 2);

1.11.2 O descumprimento do prazo estabelecido no item 1.11.1 supra, ensejará a aplicação de multa calculada conforme **Cláusula Décima Quarta** deste documento e incidente sobre o valor do respectivo serviço, descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

1.11.3 A retirada do aparelho para conserto fora das dependências do TRT5, somente será possível mediante autorização expressa do Servidor responsável pela unidade englobada pelo escopo do Contrato.

1.12 Os aparelhos instalados atualmente sobre os quais serão realizados os serviços de manutenção corretiva, estão quantificados e classificados por capacidade nos anexos V e VI do Termo de Referência e possuem as seguintes características;

1.12.1 Os aparelhos são de diversos fabricantes nacionais e importados;

1.12.2 Os aparelhos split são, em sua maioria, do tipo hi-wall.

**2. Serviços de Manutenção Preventiva:** Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados mensalmente em cada um dos aparelhos de ar condicionado (Split e janela) das unidades do TRT5 localizadas nas cidades de Alagoinhas e de Feira de Santana. Como parte da manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado, a Contratada deverá realizar periodicamente, as seguintes ações;

## 2.1 PRINCÍPIOS GERAIS

2.1.1 Efetuar os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, procedendo à inspeção, limpeza de filtros, rotores, palhetas e outros elementos no caminho do ar; medição de temperatura, testes de componentes, lubrificação, regulagens e reparos, verificação de vibrações e de congelamento e degelo a fim de proporcionar o funcionamento eficiente, seguro e econômico, condição de escoamento e ausência de obstrução do dreno, isolamento térmico, verificação do estado de corrosão das partes metálicas, estruturas de suportaçãõ dos equipamentos, vazamentos, estado de conservação das emendas e conexões elétricas, presença de ruídos anormais, integridade de isolamento térmico e vedações, funcionamento de termostato e controle de temperatura, funcionamento dos comandos de operação do aparelho, medições e registro de tensão e corrente em todas as fases;

2.1.2 Efetuar os serviços de manutenção preventiva substituindo e/ou reparando, segundo critérios recomendados pelo fabricante, componentes que possam vir a dar defeitos ou estejam com a vida útil comprometida;

2.1.3 A manutenção preventiva deverá ter periodicidade mensal, respeitando-se o intervalo de 30 dias entre as intervenções numa mesma unidade. A contratada deverá fornecer à fiscalização o calendário de preventiva até cinco dias úteis após a

assinatura do contrato, identificando as datas de realização do serviço em cada uma das unidades contempladas no contrato separadas por cidade. Admite-se uma tolerância de 2 dias antes ou depois da data prevista para a preventiva, mediante justificativa aceita pela fiscalização.

## 2.2 TAREFAS DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 2.2.1 Limpeza do filtro de poeira
- 2.2.2 Limpeza da mangueira de drenagem;
- 2.2.3 Limpeza da bandeja de drenagem
- 2.2.4 Verificação do encaixe das bandejas
- 2.2.5 Verificar a existência de vazamentos de gás;
- 2.2.6 Medir tensões e corrente de entrada das máquinas;
- 2.2.7 Medir tensões e corrente no motor do evaporador;
- 2.2.8 Medir tensões e corrente no motor do condensador;
- 2.2.9 Verificar as condições dos mancais e eixos;
- 2.2.10 Verificar as bases de fixação dos compressores;
- 2.2.11 Verificar os parafusos das bases dos motores;
- 2.2.12 Testar e ajustar a ação dos relés térmicos;
- 2.2.13 Limpar a serpentina do evaporador;
- 2.2.14 Verificar a operação do conjunto motor ventilador;
- 2.2.15 Verificar e corrigir vibrações;
- 2.2.16 Verificar e testar os termostatos e regulá-los;
- 2.2.17 Limpar compressores, tubulações e acessórios;
- 2.2.18 Verificar o comportamento dos filtros;
- 2.2.19 Verificar a condição do tubo capilar da válvula;
- 2.2.20 Verificar a existência de corrosão nas bandejas;
- 2.2.21 Verificar o estado de isolamento interno do gabinete;
- 2.2.22 Proceder à limpeza interna e externa dos equipamentos;
- 2.2.23 Verificar os terminais elétricos;
- 2.2.24 Fazer limpeza do chassi e gabinete, eliminando pontos de ferrugem, se necessários e quando for o caso;
- 2.2.25 Executar a higienização das saídas dos dutos de circuladores de ar refrigerado, incluindo as venezianas de saída de ar, utilizando-se na limpeza produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde e manter boa qualidade do ar interno;
- 2.2.26 Proceder a lavagem completa da unidade evaporadora no local em que o equipamento estiver instalado. Deve-se usar na lavagem, kit com bolsa coletora, pulverizador de pressão manual ou elétrico e bactericida.

2.3 Caso haja necessidade de eventual desinstalação da unidade evaporadora, o preço da desinstalação e posterior instalação deverá constar na proposta de preço da empresa.

2.4 Ao final de cada atendimento/serviço será obrigatoriamente emitido relatório de manutenção preventiva, onde conste, sucintamente, a descrição do equipamento, número de identificação (tombo), o estado de funcionamento e a descrição de todos os serviços realizados.

2.5 Em cada formulário de atendimento deverão constar as assinaturas do técnico da empresa CONTRATADA e do Servidor da respectiva Unidade atendida

3. **ESCOPO** Os aparelhos instalados atualmente sobre os quais serão realizados os serviços de manutenção especificados no Termo de Referência, estão quantificados e classificados por capacidade nos anexos V e VI do Termo de Referência e possuem as seguintes características:

3.1. Os aparelhos são de diversos fabricantes nacionais e importados.

3.2. Os aparelhos split são, em sua maioria, do tipo hi-wall.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO – DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT**

1. A instalação de aparelho de ar condicionado é um serviço que implica em ações destinadas a promover a climatização interna de um ambiente utilizando equipamentos tipo split, realizado mediante o atendimento a Ordem de Serviço – OS, seguindo as etapas abaixo:

1.1. Recebida a OS, a contratada deverá comparecer ao local indicado e avaliar previamente o ambiente que será climatizado, inteirar-se da finalidade do condicionamento do ar no respectivo ambiente, observando as dimensões (largura, comprimento e altura), quantidade de pessoas e de equipamentos no local entre outras variáveis;

1.2 Durante a visita ao local onde será instalado o aparelho, a contratada deverá observar tecnicamente todas as variáveis que viabilizarão a instalação: o posicionamento previsto do aparelho (condensadora e evaporadora), levando em consideração facilidades e dificuldades da instalação com respeito a futura manutenção, as condições de ventilação, alimentação elétrica, dimensões, fixação e isolamento da rede frigorígena, bem como a adequada localização e inclinação da rede de descarga de água condensada (dreno);

1.3. A contratada emitirá relatório ou parecer assinado por profissional habilitado responsável, indicando as condições de instalação e observando todas as recomendações do fabricante, especialmente aquelas que dizem respeito à segurança da instalação e à manutenção da garantia;

1.4. Em todas as instalações a contratada deverá fornecer o kit de instalação compatível com o ar condicionado tipo split específico (marca, modelo, tipo, potência);

2. O kit de instalação, fornecido pela contratada, será composto de:

2.1. **Até 5 (cinco) metros de rede frigorígena** (tubos de cobre) curvas, joelhos, válvulas expansoras, difusores, **isolamento térmico individualizado por linha** e outros acessórios, nas dimensões recomendadas pelo fabricante do aparelho, que atendam à Norma da ABNT NBR 7541:2004;

2.2. **Até 5 (cinco) metros de rede elétrica** (cabo PP, na bitola e no número de linhas compatível com a máquina a ser instalada), que atendam às Normas da ABNT NBR 7297: 2010, ABNT NBR 7299: 2010, ABNT NBR 7301: 2010 e ABNT NBR 7576: 2010, terminais, conectores, parafusos e fixadores;

2.3. **Até 5 (cinco) metros de rede de dreno** (tubo PVC de 32 mm de diâmetro ou superior), curvas, joelhos, tês e outras conexões, abraçadeiras, parafusos e fixadores em quantidade suficiente para não formar bolsões por flexão do tubo;

2.4. Cantoneiras tipo “L”, suportes e fixadores fabricados em alumínio ou outros materiais resistentes à oxidação e em dimensões compatíveis e apropriadas para as instalações das unidades internas e externas;

2.5. Canaletas em PVC nas dimensões adequadas para conter a rede frigorígena e elétrica de interligação entre as unidades interna e externa, de modo a manter a estética do ambiente onde foi instalado o equipamento;

2.6. Caso a interligação entre as unidades interna e externa (condensadora e evaporadora) dos aparelhos split seja realizada a uma distância superior a 5 (cinco) metros, definida no kit de instalação, a contratada cobrará o excedente à parte, conforme o valor do metro de rede de interligação constante da proposta de preços.

3. Após a instalação a contratada ficará responsável pela realização dos seguintes serviços:

3.1. Realizar teste de pressão para verificar vazamento das linhas internas e externas dos aparelhos, corrigindo-os, quando houver;

- 3.2. Realizar desidratação e limpeza da rede de gás com nitrogênio;
  - 3.3. Retirar o ar do sistema com bomba de vácuo, quando necessário;
  - 3.4. Realizar carga de gás refrigerante R-22 ou R-410A, quando necessário;
  - 3.5. Colocar o aparelho em funcionamento (start-up) e realizar os testes finais na presença de servidor da Unidade atendida;
  - 3.6. Orientar o servidor/usuário, sobre os comandos básicos e a utilização do aparelho (inclusive controle remoto) e seu funcionamento;
  - 3.7. Fornecer garantia dos serviços prestados pelo período de 90 (noventa) dias a contar do recebimento definitivo, devendo corrigir prontamente as possíveis falhas ocorridas nesse período sem ônus para o contratante.
4. A Contratada deverá fornecer todo o ferramental e equipamentos utilizados na instalação, inclusive ferramentas elétricas, extensões, escadas e andaimes para realização de serviços em fachadas, quando necessário;
  5. O prazo para atendimento das Ordens de Serviço solicitando instalação de aparelhos será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva OS;
  6. No prazo determinado acima a contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na solicitação, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando proceder a instalação e colocar em funcionamento o aparelho;
  7. O prazo para concluir os serviços de instalação será de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do prazo que consta no item 5 supra;
  8. O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 6 e 7 supra, ensejará a aplicação de penalidade contratual (multa calculada conforme **Cláusula Décima Quarta** e incidente sobre o valor do respectivo serviço) descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa;
  9. Os aparelhos split novos que devem ser instalados têm capacidades entre 9.000 e 48.000 BTU's e são, em sua maioria do tipo hi-wall.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO – INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM GARANTIA COM EVENTUAL SUBCONTRATAÇÃO**

1. Para a instalação de equipamentos novos adquiridos pelo TRT5 em outros processos de compra de equipamentos, a Contratada, caso não seja assistência técnica autorizada do fabricante com prerrogativas suficientes para realizar a instalação preservando a garantia original do fabricantes, deverá subcontratar uma autorizada da marca para instalação desses equipamentos com o objetivo de preservar a garantia do fabricante original, pois esta somente se aplica na condição de que o equipamento seja instalado inicialmente por empresa de assistência técnica autorizada do fabricante. Se tal procedimento se justifica, pois se o mesmo não for respeitado, o TRT5 perde a garantia do fabricante, tendo que arcar com custos adicionais de manutenção.

1.1. As regras de execução dos serviços se aplicam, no que couber, à(s) subcontratada(s), inclusive no que se refere às condições para o início dos serviços (item 19 do Termo de Referência).

2. Os requisitos do item 7 do Termo de Referência se aplicam, no que couber, à instalação de aparelhos de ar condicionado em garantia com eventual subcontratação.

### **PARÁGRAFO QUARTO – DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT**

1. A desinstalação de aparelhos de ar condicionado tipo split é um serviço que implica em ações destinadas a promover a retirada dos equipamentos (unidades interna e externa, rede de interligação frigorígena, elétrica e drenos) responsáveis pela climatização interna de um ambiente, realizado mediante o atendimento a Ordem de Serviço – OS e seguindo as etapas abaixo:

1.1. Antes de executar o serviço de desinstalação de aparelhos tipo split, a contratada deverá visitar e avaliar o local e todas as condições de execução do serviço juntamente com um preposto do TRT5, a quem caberá agendar e autorizar o início do serviço, mediante a emissão de Ordem de Serviço;

1.2. Durante o serviço de desinstalação, a contratada deverá observar o cuidado e as boas técnicas para prevenir danos aos equipamentos retirados e à estrutura física da edificação e local onde estava instalado o equipamento, buscando minimizar os serviços de recuperação predial;

1.3. Durante os serviços de desinstalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, a contratada deverá recolher para o interior das máquinas todo o gás refrigerante do sistema, impedindo a sua liberação direta no meio ambiente;

1.4. Após o recolhimento/bombeamento do gás refrigerante e a completa desinstalação do aparelho, a empresa contratada não poderá retirar os equipamentos da Unidade onde os mesmos funcionavam.

2. Os equipamentos desinstalados serão imediatamente devolvidos ao TRT5 (Coordenadoria de Material e Logística), pela própria Unidade, no estado de conservação e funcionamento em que se encontram, juntamente com todos os seus acessórios e o kit de instalação (controles, suportes, redes de interligação entre as unidades, suportes, isolamentos térmicos, cantoneiras, abraçadeiras, parafusos, ganchos e outros), mediante emissão de guia interna de movimentação de bens permanentes;

3. O prazo para atendimento das Ordens de Serviço solicitando desinstalação de aparelhos será de 4 (quatro) horas úteis contadas do recebimento da respectiva OS;

4. No prazo determinado acima a contratada deverá encaminhar preposto ou equipe técnica até o local indicado na solicitação, munido de ferramental e equipamentos para proceder a avaliação e análise técnica detalhada objetivando proceder a desinstalação completa do aparelho;

5. O prazo para concluir os serviços de desinstalação será de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do prazo definido em 8.3 do Termo de Referência;

6. O descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 3 e 5 supra, ensejará a aplicação de penalidade contratual (multa calculada **conforme Cláusula Décima Quarta** e incidente sobre o valor do respectivo serviço) descontada do valor da fatura de serviços no momento do pagamento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

## **PARÁGRAFO QUINTO – DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

1. Sempre que o defeito apresentado exigir a substituição de peças, a contratada deverá fornecer e instalar sem custo adicional, objetivando a correção do defeito, conforme o nível de manutenção corretiva executado;

2. Todas as peças fornecidas deverão ser originais e novas (primeiro uso) além de possuir as mesmas especificações daquelas defeituosas, comprovada essa condição através de Nota Fiscal onde conste a especificação das peças substituídas;

3. Todas as peças fornecidas terão garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias contra defeitos de fabricação, de modo que durante a vigência da garantia a substituição da peça deverá ocorrer sem ônus para o TRT.

## **PARÁGRAFO SEXTO – DO RELATÓRIO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA**

1. Toda e qualquer intervenção da contratada deverá ser documentada em um relatório técnico de prestação de serviço que será elaborado seguindo os modelos constantes dos Anexos II, III e IV do Termo de Referência;

2. O Relatório Técnico de Manutenção será circunstanciado e individualizado por aparelho, constando listagem dos serviços realizados e das peças substituídas contendo descrição completa e detalhada de cada peça, junto com seu fabricante/ modelo e número de identificação de modelo (part number), bem como a provável causa da falha ou defeito apresentado;

3. Em todo Relatório Técnico de Manutenção deverá constar obrigatoriamente a assinatura de um servidor efetivo do TRT, que tenha acompanhado a realização do serviço e seja lotado na respectiva Unidade beneficiada pela execução dos serviços.

4. Ao longo do contrato a forma de apresentação do relatório poderá ser revisada pela Contratante a qualquer tempo, inclusive com relação ao meio físico, podendo ser adotado relatório on-line por plataforma que permita acesso compartilhado

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Não será aceita a cobrança de outros serviços não previstos no Termo de Referência.

#### **PARÁGRAFO OITAVO - DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS**

1. Apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, constando os respectivos documentos de identificação;

2. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo CREA-BA, referente aos serviços contratados, com respectivo comprovante de pagamento, devidamente atualizada a cada renovação contratual;

3. Indicação expressa dos prepostos para representar a CONTRATADA perante o TRT-5ª Região. Deverão ser apresentados no mínimo dois prepostos: um preposto técnico e outro administrativo/comercial, para tratar de assuntos técnicos e administrativos/comerciais, respectivamente;

4. Indicação expressa de números de telefones (comerciais, técnicos, emergência), e endereço de e-mail para realização dos chamados;

5. Comprovação, mediante cópia do contrato de trabalho ou prestação de serviços, de que a empresa possui em seu quadro de funcionários, os seguintes profissionais:

5.1. 01 (um) técnico em refrigeração ou outro profissional tecnicamente habilitado para os serviços constantes do objeto do Contrato.

6. A empresa contratada deverá declarar que manterá profissionais com as qualificações citadas no item anterior até o final do contrato;

7. Caso ocorra a substituição do Responsável Técnico durante a vigência do contrato, a empresa deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE a Certidão de Acervo Técnico - CAT do novo profissional.

8. A Contratada tem um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar toda documentação exigida no item 18, após a assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS -**

Independente da vigência do contrato, a contratada deverá fornecer garantia dos serviços prestados pelo período de **90 (noventa) dias** a contar do recebimento definitivo, devendo corrigir prontamente as possíveis falhas ocorridas nesse período sem ônus para o contratante, conforme disposição contida no item 7.3.7 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL – A**

fiscalização dos serviços objeto do presente contrato caberá a servidores do CMP-Coordenadoria de Manutenção e de Projetos que na condição de fiscal técnico e fiscal



administrativo, terão as atribuições contidas nos artigos 5º e 6º do Ato TRT5 n.º 0210 de 15 de maio de 2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá à fiscalização do contrato emitir o atestado nas faturas mensais da Contratada depois de realizar o acompanhamento dos serviços realizados no período e verificar sua conformidade com as exigências estabelecidas na contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizadas pela Coordenadoria de Manutenção e de Projetos – CMP.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A gestão administrativa e técnica, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por servidores efetivos do TRT5, lotados na Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O Gestor do contrato deve ser servidor efetivo do TRT5 e profissional habilitado em Arquitetura ou Engenharia, em função da natureza técnica e especificidade do objeto contratado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os fiscais técnicos e administrativos serão designados para acompanhar a execução do contrato, de forma a assegurar o cumprimento do objeto contratual, trazendo aos autos do processo os elementos necessários e suficientes à compatibilização dos atos praticados pela fiscalização, assim como pelo recebimento dos serviços e por atestar as notas fiscais para pagamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O atestado sobre a condição da prestação dos serviços será elaborado pelos fiscais do contrato tendo por base a visitação in loco, acrescidas de informações colhidas junto às diversas Unidades Judiciárias e Administrativas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As pendências eventualmente verificadas, durante a execução do contrato, poderão configurar inexecuções contratuais, que após serem quantificadas de acordo com as regras contidas no Termo de Referência, implicarão na aplicação das penalidades contratuais, também previstas no referido documento.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos:

**PARÁGRAFO NONO** - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscais e substitutos designados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - À Fiscalização do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade de acompanhamento e fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - É obrigação dos responsáveis pela fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A Fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, não permitindo que as tarefas sejam executadas em desacordo com as preestabelecidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização do contrato formalmente à CONTRATADA, quer seja por meio do Encarregado Geral ou diretamente ao Preposto, deverão ser respondidos em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Caso os esclarecimentos demandados impliquem indagações de caráter técnico, ou qualquer outra hipótese de exceção, deverá ser encaminhada, justificativa formal, dentro do prazo supracitado, à Fiscalização do contrato, para que esta, caso entenda necessário, informe novo prazo de atuação da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - As decisões, providências ou casos omissos que ultrapassem a competência da Fiscalização do contrato serão encaminhadas por escrito ao Chefe da Coordenadoria de Manutenção e de Projetos - CMP do TRT5, em tempo hábil para adoção das imediatas medidas saneadoras.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** -. Além das disposições elencadas anteriormente, a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto na IN MPDG n.º 05/2017 e alterações posteriores.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Ao licitante que praticar atos considerados lesivos à Administração Pública serão aplicadas as sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015, resguardado o exercício do contraditório e da ampla e prévia defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - São entendidos como atos lesivos à Administração Pública:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica

não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, devendo, a autoridade competente, definida na lei anticorrupção, comunicar aos órgãos públicos competentes para eventual ajuizamento de ação judicial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- j) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- k) Não entregar a documentação exigida no edital;
- l) Apresentar documentação falsa;
- m) Causar o atraso na execução do objeto;
- n) Não manter a proposta;
- o) Falhar na execução do contrato;
- p) Fraudar a execução do contrato;
- q) Comportar-se de modo inidôneo;
- r) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, e à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante/adjudicatário.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**PARÁGRAFO NONO** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao

licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Fica assegurado aos licitantes o direito de defesa, dentro dos prazos fixados no parágrafo 2º do artigo 87 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS MULTAS** - Resguardados os direitos que a Administração tem de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas:

a) Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da prestação mensal, por equipamento, por ocorrência de atraso injustificado, até o limite de 30% (trinta por cento) do seu valor; cumulando-se mensalmente até o cumprimento da obrigação.

b) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato (12 meses), nos casos de inexecução total do objeto, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.

b.1) Caracterizar-se-á como inexecução total, caso a contratada não execute os serviços contratados em até 48 horas, contados a partir dos prazos que constam na **Tabela 1 da Cláusula Terceira**.

c) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação mensal, aplicada de forma proporcional, em caso de inexecução parcial do contrato.

c.1) Caracterizar-se-á como inexecução parcial, caso a contratada não execute os serviços contratados em até 24 horas, contados a partir dos prazos que constam na **Tabela 1 da Cláusula Terceira** ou rescinda o contrato durante sua vigência com execução incompleta dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As multas aludidas acima não impedem que a Administração aplique outras sanções previstas na Lei 10.520/02, garantida a prévia defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Por qualquer outra infração das obrigações constantes no Edital e seus anexos, poderá ser aplicada à contratada multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total adjudicado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Toda e qualquer será aplicada após regular processo administrativo, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A aplicação das referidas multas não impedirá que o CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique as sanções previstas na Lei, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA CONTRATUAL** - Para segurança da CONTRATANTE quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá apresentar garantia podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no montante de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – - A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante:

a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA; e

IV - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos incisos acima.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**PARÁGRAFO OITAVO** – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**PARÁGRAFO NONO** – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas, contados da data em que for notificada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 dias após o término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A garantia será considerada **extinta**:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Observar-se-á para a garantia o disposto no **item 17 do Termo de Referência (anexo I do Edital)**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO** - O presente contrato poderá ser rescindido:

I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II – amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA reconhece dos direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666 de 1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS.** A CONTRATADA assume inteira responsabilidade com relação ao pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários de qualquer espécie, inclusive seguro de acidente de trabalho e ainda todos os impostos, taxas e emolumentos decorrentes do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Constituem parte integrante e inseparável deste instrumento contratual, e obrigam a CONTRATADA em todos os seus termos o instrumento convocatório (Pregão e Anexos que o integram) e a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, além de aplicarem-se as disposições da Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - À CONTRATADA é permitido transferir a terceiros, ou sub-empregar, total ou parcialmente, o presente Contrato, **nos termos do item 7.A.1 do Termo de Referência**, ficando sempre, e em qualquer hipótese, obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA é diretamente responsável pelos danos que causar o CONTRATANTE ou a terceiros por si, seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentado o CONTRATANTE de quaisquer perdas ou destruições, bem como qualquer infração quanto ao direito de uso de materiais ou processos de construção, protegidos por marcas ou patentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO** - O Foro para dirimir as questões decorrentes do

presente contrato é a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade do Salvador.

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas estipuladas, às quais doravante se obrigam, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias.

Salvador/BA, ..... de ..... de .....

TARCÍSIO FILGUEIRAS

Diretor Geral

P/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor/Gerente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor do Contrato